



70ª Assembleia Geral Ordinária

Proposta da Administração

Sumário Executivo

1. Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária para o dia 31 de março de 2023	03
2. Parecer do Conselho Fiscal sobre a remuneração dos administradores	06
3. Informação sobre a Remuneração dos Administradores.....	07
4. Proposta aos acionistas sobre a remuneração dos Administradores do Banco, dos membros do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e de Capital	27
5. Proposta aos acionistas sobre a fixação dos valores a serem alocados ao FUNDECI e ao FDR.....	28
6. Parecer do Conselho Fiscal sobre distribuição de Juros sobre Capital Próprio	29
7. Informações aos acionistas sobre a Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2022, constituição de reservas legal e estatutária e distribuição de Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	30
8. Proposta aos acionistas sobre a Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2022, constituição de reservas legal e estatutária e distribuição de Juros sobre o Capital Próprio	36
9. Informações sobre os candidatos indicados para membros do Conselho de Administração	39
10. Informações sobre os candidatos indicados para membros do Conselho Fiscal ..	49
11. Comentário dos Diretores sobre a situação financeira da companhia	50

CNPJ Nº 07.237.373/0001-20 NIRE: 23300006178

Companhia Aberta
Assembleia Geral Ordinária
Edital de Convocação

São convidados os Senhores Acionistas do Banco do Nordeste do Brasil S.A. a participarem, em primeira convocação, da Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no Auditório do Gabinete da Presidência de sua sede, na Av. Dr. Silas Munguba, nº 5.700 - Passaré, CEP 60.743-902, Fortaleza-CE, no dia 31 de março de 2023, às 10 horas e 30 minutos, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

Assembleia Geral Ordinária:

(1) tomar conhecimento do Relatório da Administração e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, com os pareceres do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente e resumo do relatório do Comitê de Auditoria relativos ao exercício social findo em 31/12/2022; **(2)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2022, constituição de reservas legal e estatutárias e distribuição de dividendos e pagamento sob a forma de juros sobre o capital próprio (JCP) imputados aos dividendos do exercício; **(3)** eleger membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, para o período de 2023-2025; **(4)** fixar a remuneração dos membros da Diretoria, dos Conselhos de Administração e Fiscal, Comitê de Auditoria e Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital; **(5)** fixar valores a serem alocados ao FUNDECI e FDR.

Instruções gerais:

1. Além da possibilidade de participação presencial e de voto à distância por meio da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, o Banco do Nordeste também disponibilizará plataforma digital para que os acionistas, remota e simultaneamente, possam acompanhar a Assembleia Geral e exercer seu direito de voto.
2. Recomenda-se aos acionistas que exerçam seu direito de voto, preferencialmente, por meio das alternativas de participação a distância ou remota, a fim de se evitar a circulação e aglomeração de pessoas.
3. Para participar e deliberar na Assembleia Geral, os acionistas devem observar as seguintes orientações, as quais estão detalhadas abaixo:
 - a) excepcionalmente para a Assembleia ora convocada, será dispensado o depósito do instrumento de mandato, nos termos do artigo 126 da Lei nº 6404/76 e alterações posteriores, na sede do Banco do Nordeste. Os instrumentos de procuração, os documentos de identificação e de posição acionária poderão ser recebidos por meio do endereço eletrônico votoadistancia@bnb.gov.br em até 48 horas úteis antes da realização da Assembleia, ou seja, até às 10 horas e 30 minutos do dia 29.03.2023;
 - b) a participação remota, por meio da Plataforma Digital, ocorrerá mediante credenciamento prévio realizado até às 10 horas e 30 minutos do dia 29.03.2023;

c) o envio de boletins de voto a distância por meio da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão dispensa a necessidade de credenciamento prévio. Para participação na modalidade de voto a distância, o preenchimento e envio do boletim deverá ser realizado até o dia 24.03.2023 (inclusive): I) aos agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou II) ao escriturador das ações da Companhia ou, ainda, III) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, observar as regras previstas na Resolução CVM 81/2022 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância;

d) para participação presencial ou remota, por meio de Plataforma Digital, enviar solicitação de credenciamento à Companhia, para o endereço eletrônico votoadistancia@bnb.gov.br, com antecedência mínima de 48 horas úteis da realização da Assembleia Geral, ou seja, até às 10 horas e 30 minutos do dia 29.03.2023. A solicitação deverá ser acompanhada dos documentos para participação. O acesso à Assembleia Geral será restrito aos acionistas, seus representantes ou procuradores que se credenciarem até às 10 horas e 30 minutos do dia 29.03.2023;

e) os acionistas, seus representantes ou procuradores, que optarem pela participação presencial deverão apresentar documento hábil de identidade e, no caso de titulares de ações escriturais ou em custódia, comprovante expedido pela instituição financeira depositária. O Banco do Nordeste ressalta que a opção de participação remota está sendo oferecida como alternativa à participação presencial;

f) Será necessário o reconhecimento de firma nas procurações outorgadas pelos acionistas aos seus representantes, porém será dispensada a autenticação dos documentos que acompanharem o boletim de voto a distância. As procurações outorgadas na forma eletrônica pelos acionistas aos seus representantes deverão utilizar certificados emitidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil;

g) A Proposta a ser apreciada está disponível na página da Internet, aba Acionistas e Investidores, Assembleias e Reuniões de Conselho, 2022, link: (<https://www.bnb.gov.br/web/guest/aceso-a-informacao/participacao-social/assembleia-geral>) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores;

4. Os acionistas minoritários poderão encaminhar previamente à data da realização da Assembleia, por meio eletrônico, através do e-mail corel@bnb.gov.br, os nomes dos membros indicados para os Conselhos de Administração e Fiscal, como seus representantes, juntamente com os formulários padronizados constantes no link <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/empresas-estatais-federais/central-de-conteudo/formularios>, devidamente preenchidos e assinados, bem como a respectiva documentação comprobatória das informações, para fins de verificação do atendimento das condições e requisitos previstos na forma da Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração do Banco do Nordeste do Brasil. Será rejeitado o formulário que não estiver acompanhado dos documentos comprobatórios, conforme estabelece o §2º, do art. 30, do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016. O indicado também deverá apresentar declaração de que não incorre em nenhuma hipótese de vedação, nos termos do formulário padronizado, conforme dispõe o §3º, do art. 30, do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016. Caso não sejam submetidos antecipadamente ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração na forma prevista na Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e no Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, referidos formulários e documentos serão verificados pela secretaria da Assembleia no momento da

eleição, nos termos do Artigo 22, § 4º, do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016. Conforme dispõe o *caput* do art. 30 do Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, os requisitos e as vedações para administradores e Conselheiros Fiscais são de aplicação imediata e devem ser observados nas nomeações e nas eleições.

5. Os documentos relacionados às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia Geral Ordinária encontram-se à disposição dos acionistas na sede do Banco do Nordeste do Brasil S.A, no Ambiente de Mercado de Capitais, Bloco D2 superior, onde poderão ser consultados em dias úteis, no horário das 10:00 às 14:00 horas, mediante prévio agendamento.

6. Eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários poderão ser obtidos junto ao Ambiente de Mercado de Capitais, por meio dos telefones (85) 3299-5464 ou (85) 3251-5362.

Fortaleza/CE, 14 de fevereiro de 2023.

SAUMÍNEO DA SILVA NASCIMENTO
Presidente do Conselho de Administração



**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE A
REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E
CONSELHEIROS**

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições estatutárias, manifesta-se favoravelmente à conformidade dos valores referentes à remuneração dos administradores, conselheiros e membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e de Capital da instituição, realizados no período de abril de 2022 a janeiro de 2023 e previstos de fevereiro a março de 2023, no montante total de **R\$ 8.337.987,24** (oito milhões trezentos e trinta e sete mil novecentos e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos), em comparação com o limite global da remuneração aprovada pela 69ª Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/03/2022, fixada em R\$ 12.237.804,24 (doze milhões duzentos e trinta e sete mil oitocentos e quatro reais e vinte e quatro centavos).

Fortaleza (CE), 14 de fevereiro de 2023.

CONSELHO FISCAL

(Documento assinado eletronicamente)

Fabiano de Figueiredo Araujo
Presidente

(Documento assinado eletronicamente)

Fernanda Peixoto Souto
Conselheira Fiscal

(Documento assinado eletronicamente)

Luiz Alberto da Silva Júnior
Conselheiro Fiscal

**Resolução CVM nº 80 / 2022 – Anexo C –
Item 08 - Remuneração dos Administradores**

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos²³

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração dos Administradores do Banco do Nordeste do Brasil S.A. tem como objetivos: a) alinhar a política de remuneração ao gerenciamento de riscos; b) adequar a política de remuneração às melhores práticas de mercado, observando o equilíbrio externo e interno da organização; c) compatibilizar a política de remuneração com as metas, a situação financeira atual e a esperada da instituição; d) ser formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição do Banco a riscos acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos; e e) definir critérios para mensuração do desempenho dos administradores e seu ajustamento ao risco, além de parâmetros para determinar os percentuais e as formas de remuneração e de pagamento. Política aprovada pelo Conselho de Administração, em 14/04/2022, disponível em <https://bnb.gov.br/politicas>

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Nos termos do Estatuto Social do Banco do Nordeste, compete ao Conselho de Administração propor à Assembleia Geral a remuneração dos administradores e dos membros dos demais órgãos estatutários do Banco. Por sua vez, são atribuições do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração elaborar anualmente a política de remuneração de administradores, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, e analisar a política de remuneração dos administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a

²³ As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários, conforme Estatuto Social.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

O Limite Global de Remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva é definido anualmente, por proposta do Órgão controlador, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, para vigor de abril do ano corrente a março do ano seguinte. A remuneração do Conselho Fiscal não está incluída no Limite Global.

As parcelas da remuneração total aprovadas, anualmente, na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, onde são definidos os valores de composição da remuneração, considerando o Planejamento Estratégico do Banco para o período e a adequação aos dispositivos legais pertinentes. Garantia da devida valorização do acionista, conjugada à perenidade e à sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazos do Banco, tendo como premissas a necessidade de flexibilidade e solidez financeira para a manutenção sustentável de seus negócios.

Estabelecimento dos valores de remuneração fixa e dos benefícios concedidos aos administradores com base em pesquisas de mercado, equilíbrio interno, competências e responsabilidades requeridas, conforme as especificidades de cada cargo.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A periodicidade de revisão da política de remuneração ocorre, no mínimo, anualmente, ou, extraordinariamente, a qualquer tempo.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

• seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Existem cinco colegiados estatutários, responsáveis pela administração, fiscalização e assessoramento da empresa, remunerados na forma a seguir:

DIRETORIA EXECUTIVA (Presidente e Diretores):

- Honorários – verba representativa da remuneração mensal fixa destinada aos membros da Diretoria Executiva;

- Adicional de Férias – destina a atender o teor do inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal;

- Gratificação de Natal - equivalente ao 13º salário e corresponde a um honorário mensal;

- Auxílio Alimentação – benefício destinada ao subsídio a alimentar;

- Seguro de Vida – contrapartida da empresa pela participação opcional do dirigente na apólice de seguro de vida em grupo substabelecida pela empresa para todos os empregados;

- Assistência Médica e Previdenciária – contrapartida da empresa pela participação opcional do dirigente em plano de assistência médica ou de previdência mantido pela empresa, ou ainda, outro plano a qual o dirigente seja optante;

- Auxílio Moradia – verba destinada ao ressarcimento de aluguel de imóvel residencial para os dirigentes não proprietários de imóveis no município sede da empresa.

- Remuneração Variável Anual (RVA) – programa de remuneração que tem como objetivo reconhecer o desempenho dos dirigentes no alcance dos resultados da instituição. A remuneração variável é prevista em regulamento próprio e está sujeita à orientação do Órgão controlador, mediante voto do seu representante na Assembleia Geral de Acionistas, com pagamento exclusivamente à diretoria estatutária.

- Remuneração por impedimento (Quarentena) - pagamento de Honorários, exclusivamente, durante período de impedimento, após término do mandato do membro da Diretoria Executiva, dependente de aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR;

- Auxílio Transferência - corresponde à Ajuda de Custo no início e no final do mandato, para os membros da Diretoria Executiva que antes de iniciarem seus mandatos residam fora da sede do Banco e para lá retornem ao final deste, conforme assegurado na Lei 8.112/90 – art. 53, parágrafo 1º

- INSS – contribuição patronal para a Previdência Social.

- FGTS – contribuição patronal para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, recolhida em conta vinculada em favor do dirigente.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL:

- Honorários – remuneração fixa mensal, destinada a remunerar os membros do colegiado.

COMITÊ DE AUDITORIA:

- Honorários – remuneração fixa mensal, destinada a remunerar o trabalho dos membros do comitê por seu assessoramento permanente ao Conselho de Administração;

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE, RISCOS E DE CAPITAL:

- Honorários – remuneração fixa mensal, destinada a remunerar o trabalho dos membros do comitê por seu assessoramento permanente ao Conselho de Administração; e

COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO:

- O Estatuto da empresa prevê a remuneração de membros deste Comitê somente quando se tratar de membro externo, não pertencente a nenhum outro colegiado da instituição.

•sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

Proporção de cada parcela na remuneração total por órgão.

Remuneração	Proporção (%)			
	2020	2021	2022	2023
DIRETORIA EXECUTIVA (I)	100,00	100,00	100,00	100,00
remuneração fixa	69,98	70,9	79,28	46,12
Honorários	45,16	45,92	45,17	38,84
Gratificação Natalina	3,42	3,79	3,79	3,24
Adicional de Férias	4,09	2,97	0,62	1,08
Auxílio Alimentação	1,03	1,06	1,04	1,18
Seguro de Vida	0,05	0,08	0,12	0,12
Auxílio Moradia	0,59	0,75	0,72	1,67
INSS	11,54	12,05	20,53	-
FGTS	4,10	4,28	7,30	-
remuneração variável	20,98	22,78	17,04	15,41

Remuneração	2020	2021	2022	2023
Participação nos Resultados (Remuneração Variável Anual -RVA)	20,98	22,78	17,04	15,41
benefícios pós-emprego	3,78	4,1	3,68	6,10
Caixa Médica e de Previdência	3,78	4,1	3,68	6,10
benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	5,26	2,23	0,00	32,36
Quarentena	0	0	0,00	19,42
Auxílio Transferência	5,26	2,23	0,00	12,95
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II)	100,00	100,00	100,00	100,00
Honorários	100	100	100,00	100,00
CONSELHO FISCAL (III)	100,00	100,00	100,00	100,00
Honorários	100	100	100,00	100,00

OBS: Os valores computados no quadro acima, referentes aos anos de 2020 a 2022 representam a remuneração efetivamente paga nos respectivos períodos. Os valores de 2023 se referem ao apresentado no documento Proposta de Remuneração dos Administradores.

• metodologia de cálculo e de reajuste

O Limite Global de Remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva é definido anualmente, por proposta do Órgão controlador, por ocasião da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, para vigor de abril do ano corrente a março do ano seguinte. A remuneração do Conselho Fiscal não está incluída no Limite Global. Abaixo, a descrição da metodologia de cálculo e de reajuste de cada elemento da remuneração.

- Honorários – definida anualmente, a partir de proposta do Órgão controlador da empresa em voto do seu representante na Assembleia Geral.
- Adicional de Férias – acréscimo de um terço ao valor dos honorários devidos quando das férias remuneradas dos diretores.
- Auxílio Alimentação – valor fixado pelo Órgão controlador, anualmente.
- Seguro de Vida – 50% (cinquenta por cento) do prêmio total, calculado atuarialmente.
- Assistência Médica e Previdenciária – no caso da assistência médica, o valor a ser reembolsado está limitado a 50% do valor mensal do plano com o titular e respectivos dependentes ou ao valor do benefício aprovado anualmente pela Assembleia Geral (2,5% do valor dos honorários), o que for menor. Para a previdência, podem ser ressarcidos 50% (cinquenta por cento) da contribuição vertida pelo dirigente ao plano a que esteja associado, fora da empresa, ou ao plano de previdência patrocinado pelo Banco aprovado em 26/03/2010 pela PREVIC.
- Auxílio Moradia – ressarcimento do valor do aluguel, limitado ao valor do benefício definido na Assembleia Geral de Acionistas.
- Remuneração Variável Anual (RVA) – O valor é definido pelo órgão controlador, que a submete à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas, a cada ano. A distribuição obedece ao alcance de metas corporativas (definidas pelo Conselho de Administração em cada exercício), individuais e por diretoria específica, exigindo-se o alcance mínimo de 80% de cada indicador. Os indicadores e as metas do ano de 2022, que balizam a distribuição, estão registrados no Item 13.1 “c”
- INSS – calculada sobre a remuneração de incidência (Honorários, gratificação natalina e 1/3 de férias), com base na aplicação de percentuais definidos na Lei 8.213.
- FGTS – calculada sobre a remuneração de incidência (Honorários, gratificação natalina e 1/3 de férias), à base de 8%, conforme art. 16 da Lei 8.036, de 11/05/1990.

- Remuneração por impedimento (quarentena) – pagamento de Honorários, exclusivamente, durante período de impedimento, após término do mandato do membro da Diretoria Executiva, por até 6 meses, conforme Lei 12.813, de 16/05/2013.
- Auxílio Transferência – corresponde à Ajuda de Custo no início e no final do mandato, igual a duas vezes o valor dos Honorários.

• principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões (ASG)

Não há programa de remuneração baseado em objetivos e metas estabelecidos para o período, a partir do planejamento estratégico empresarial, para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos e de Capital e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

A Diretoria Executiva percebe Remuneração Variável Anual - RVA, a depender do alcance de metas por indicadores. O programa de 2022, para distribuição em 2023, prevê 4 níveis de avaliação, a saber:

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL (Peso = 0,05)

Avaliação de Desempenho Individual do Presidente e dos Diretores pelo Conselho de Administração

AVALIAÇÃO DAS DIRETORIAS ESPECÍFICAS (UNIDADES DE NEGÓCIO) (Peso = 0,10).

Diretoria Específica	Indicadores	Peso	Metas
Presidência	Condução Institucional (CI)	0,10	(*)
Diretoria de Administração	Índice de Conclusão do Processamento Noturno (ICPN)	0,10	96,50%
Diretoria de Planejamento	Cumprimento da Programação FNE (FNE-Prog)	0,10	88,50%
Diretoria de Controle e Risco	Índice de Patrimônio de Referência (IPR)	0,10	12,50%
Diretoria de Ativos de Terceiros	Fundos de Investimentos (FI)	0,10	R\$ 7.200.000 mil
Diretoria Financeira e de Crédito	Regularização de Dívidas (RD)	0,10	R\$ 3.000.000 mil
Diretoria de Negócios	Contratação de FNE – Agricultura Familiar, MPE, MPPR e Pequeno-Médio (FNE-AgF/MPMe)	0,10	R\$ 12.814.000 mil

AVALIAÇÃO CORPORATIVA (Peso = 0,70).

Indicadores	Peso	Metas %
Índice de Rentabilidade (LAIR) do Patrimônio Líquido (IRPL)	0,14	41,61
Índice de Eficiência (IEf)	0,14	79,78
Qualidade do Crédito (QC)	0,14	90,50
Contratações Totais do FNE (FNE)	0,14	100,00
Crediamigo (CRMG)	0,14	102,62

Grupo da Diretoria de Controle e Risco.

Indicadores	Peso	Metas %
Índice de Eficiência (IEf)	0,35	79,78
Qualidade do Crédito (QC)	0,35	90,50

AVALIAÇÃO COLEGIADA (PESO =0,15)

Indicadores	Peso	Metas
Avaliação da Diretoria pelo Conselho de Administração (AC)	0,05	8,65 pontos
Indicador de Conformidade SEST (IC-Sest)	0,05	834 pontos
Indicador de Governança SEST (IG-Sest)	0,05	7,50 pontos

Os indicadores de desempenho acima receberão, cada um, uma pontuação decorrente do alcance da meta. A pontuação será atribuída em conformidade com a tabela abaixo. Será atribuída uma pontuação a cada indicador, correspondente ao percentual de alcance da meta, aplicado a partir de 80% até o máximo de 120%, mesmo que ultrapassado esse limite. Abaixo de 80% de alcance da meta não haverá pontuação.

CÁLCULO DO VALOR INDIVIDUAL DA RVA

O valor individual da RVA será dado pela seguinte formulação:

<p align="center"><i>Total $\sum (F_{pi} \times P_i) \times H$, em que:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - "i" denota o indicador respectivo; - "Pi" corresponde ao peso atribuído ao indicador; e - "Fpi" é o Fator de Pagamento associado ao percentual de cumprimento das metas de cada indicador conforme Tabelas I e II deste Anexo - "H" corresponde ao número de honorários aprovados pela SEST para o ano base

Complementarmente ao Programa de Remuneração Variável Anual (RVA), da Diretoria do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), acima descrito, será permitido pagamento de parcela adicional pela extrapolação média das metas, correspondente a até 50% do limite máximo da RVA, desde que alcançada, pelo menos, 95% das metas de todos os indicadores e medido na forma das tabelas abaixo:

Tabela I - Gradação de Pagamento	
Cumprimento de cada meta	Fator de Pagamento (Fpi)
$X > 120\%$	150%
$110\% \leq X < 120\%$	120%
$105\% \leq X < 110\%$	110%
$104\% \leq X < 105\%$	105%
$103\% \leq X < 104\%$	104%
$102\% \leq X < 103\%$	103%
$101\% \leq X < 102\%$	102%
$100\% \leq X < 101\%$	101%
$99\% \leq X < 100\%$	99%
$98\% \leq X < 99\%$	98%
$97\% \leq X < 98\%$	97%
$96\% \leq X < 97\%$	96%
$95\% \leq X < 96\%$	95%
$90\% \leq X < 95\%$	75%
$80\% \leq X < 90\%$	50%
$X < 80\%$	-

Tabela II - Gradação do Indicador de Conformidade SEST - IC		
Atingimento da meta	Pontuação representativa	Fator de Pagamento (Fpi)

Tabela II - Gradação do Indicador de Conformidade SEST - IC		
Atingimento da meta	Pontuação representativa	Fator de Pagamento (Fpi)
$\geq 116\%$	$X \geq 967,4$	150%
$114\% \leq X < 116\%$	$950,8 \leq X < 967,4$	130%
$112\% \leq X < 114\%$	$934,1 \leq X < 950,8$	120%
$108\% \leq X < 112\%$	$900,7 \leq X < 934,1$	115%
$104\% \leq X < 108\%$	$867,4 \leq X < 900,7$	110%
$100\% \leq X < 104\%$	$834,0 \leq X < 867,4$	100%
$99\% \leq X < 100\%$	$830,4 \leq X < 834,0$	99%
$98\% \leq X < 99\%$	$827,1 \leq X < 830,4$	98%
$97\% \leq X < 98\%$	$823,7 \leq X < 827,1$	97%
$96\% \leq X < 97\%$	$820,4 \leq X < 823,7$	96%
$95\% \leq X < 96\%$	$816,6 \leq X < 820,4$	95%
$90\% \leq X < 95\%$	$783,7 \leq X < 816,6$	85%
$80\% \leq X < 90\%$	$750,4 \leq X < 783,7$	75%
$70\% \leq X < 80\%$	$667,0 \leq X < 750,4$	50%
$X < 70\%$	$X < 667,0$	0%

No programa RVA as metas enquadradas nas dimensões “Econômico Financeiro”, “Políticas Públicas” e “Governança, Conformidade e Transparência”, sendo as duas últimas de forte ligação com questões ASG.

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL

Governança, Conformidade e Transparência	Avaliação de Desempenho Individual do Presidente e dos Diretores pelo Conselho de Administração
--	---

AVALIAÇÃO CORPORATIVA

Econômico Financeiro	Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido (IRPL)
	Índice de Eficiência (IEf)
	Qualidade do Crédito (QC)
Políticas Públicas	Contratações Totais do FNE (FNE)
	CrediAmigo (CRMG)

Grupo da Diretoria de Controle e Risco

Econômico Financeiro	Índice de Eficiência (IEf)
	Qualidade do Crédito (QC)

AVALIAÇÃO COLEGIADA E INDIVIDUAL

Governança, Conformidade e Transparência	Indicador de Conformidade Sest (IC-Sest)
	Indicador de Governança Sest (IG-Sest)
	Avaliação da Diretoria pelo Conselho de Administração (AC)

AVALIAÇÃO DAS DIRETORIAS ESPECÍFICAS (UNIDADES DE NEGÓCIO)

Econômico Financeiro	Índice de Patrimônio de Referência (IPR)
	Fundos de Investimentos (FI)

	Regularização de Dívidas (RD)
Políticas Públicas	Cumprimento da Programação FNE (FNE-Prog)
	Contratação de FNE - Agricultura Familiar, MPE, MPPR e Pequeno-Médio (FNE-AgF/MPMe)
Governança, Conformidade e Transparência	Condução Institucional (CI)
	Índice de conclusão de processamento noturno (ICPN)

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal tem sua composição definida pelo órgão controlador que a submete à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas. A remuneração do Comitê de Auditoria e do Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital é definida no Estatuto Social da empresa e no regimento interno desse comitê. No caso do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, somente deve ocorrer quando se tratar de membro externo, não pertencente a nenhum outro colegiado da instituição.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e de Capital é de responsabilidade do emissor, definida no Estatuto Social da empresa. Para os membros do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração não é devida remuneração adicional.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe qualquer remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos, para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e de Capital

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e de Capital ou do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo²⁴:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. número de membros remunerados
- d. remuneração segregada em:
 - i. remuneração fixa anual, segregada em:
 - salário ou pró-labore

²⁴ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

- benefícios diretos e indiretos
 - remuneração por participação em comitês
 - outros
- ii. remuneração variável, segregada em:
- bônus
 - participação nos resultados
 - remuneração por participação em reuniões
 - comissões
 - outros
- iii. benefícios pós-emprego
- iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo
- e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária²⁵ e do conselho fiscal
- f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal²⁶

Quadro da Remuneração da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, período de 2020 a 2022 (Realizado) e 2020 a 2023 (orçado).

Remuneração	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	Orçado
	2020	2020	2021	2021	2022	2022	2023
DIRETORIA (I)	7.784.685	11.367.593	7.358.847	10.648.092	7.165.656	9.289.989	12.929.022
i. remuneração fixa	5.448.036	5.324.821	5.217.218	5.349.526	5.680.903	4.136.231	5.963.418
Honorários	3.515.606	3.507.315	3.378.887	3.507.315	3.236.533	3.507.315	5.021.333
Gratificação Natalina	266.543	292.276	278.625	292.276	271.799	292.276	418.444
Adicional de Férias	318.307	97.425	218.732	97.425	44.140	97.425	139.481
Auxílio Alimentação	80.177	81.000	78.075	81.000	74.218	81.000	152.359
Seguro de Vida	4.186	7.015	6.138	7.015	8.371	7.015	15.330
Auxílio Moradia	45.745	151.200	54.896	151.200	51.540	151.200	216.469
INSS	898.135	876.829	886.622	895.054	1.471.206	0	0
FGTS	319.337	311.761	315.243	318.241	523.095	0	0
ii. remuneração variável	1.633.080	2.569.067	1.676.152	1.824.862	1.220.782	1.680.054	1.992.392
Participação nos Resultados (Remuneração Variável Anual -RVA)	1.633.080	2.569.067	1.676.152	1.824.862	1.220.782	1.680.054	1.992.392
iii. benefícios pós-emprego	294.028	550.941	301.660	550.941	263.971	550.941	788.768
Caixa Médica e de	294.028	550.941	301.660	550.941	263.971	550.941	788.768

²⁵ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

²⁶ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

Remuneração	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado	Orçado	Orçado
	2020	2020	2021	2021	2022	2022	2023
Previdência							
iv.benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	409.542	2.922.763	163.817	2.922.763	0	2.922.763	4.184.444
Quarentena	0	1.753.658	0	1.753.658	0	1.753.658	2.510.667
Auxílio Transferência	409.542	1.169.105	163.817	1.169.105	0	1.169.105	1.673.778
Número de Membros	7	7	7	7	7	7	7
Número de Membros remunerados	8	7	7	7	7	7	7
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II)	348.050	495.847	342.993	495.847	238.569	379.959	543.978
i. remuneração fixa	348.050	495.847	342.993	495.847	238.569	379.959	543.978
Honorários	348.050	495.847	342.993	495.847	238.569	379.959	543.978
Número de Membros	7	7	7	7	7	7	7
Número de Membros remunerados	5	7	5	7	4,5	7	7
CONSELHO FISCAL (III)	295.825	332.464	205.246	199.479	162.840	162.840	233.133
i. remuneração fixa	295.825	332.464	205.246	199.479	162.840	162.840	233.133
Honorários	295.825	332.464	205.246	199.479	162.840	162.840	233.133
Número de Membros	5	5	3	3	3	3	3
Número de Membros remunerados	5	5	4	3	3	3	3
TOTAL GERAL (I + II + III)	8.428.560	12.195.903	7.907.086	11.343.418	7.567.065	9.832.788	13.706.133

OBS: 1. Os valores computados no quadro acima, referentes ao realizado dos anos de 2020 a 2022 representam a remuneração efetivamente paga no período de janeiro a dezembro, incluindo membros substituídos durante o exercício, e ao orçado aprovado nas respectivas AGO.

2. Os valores de 2023 se referem ao apresentado no documento Proposta de Remuneração dos Administradores que contempla a previsão orçamentária para a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, para o período de abril a março do ano seguinte, a ser submetido à 70ª AGO, em março/2023. A remuneração do Conselho Fiscal, incluída acima apenas para acompanhamento, não integra o montante informado naquele documento.

3. A quantidade de membros informada é a definida no estatuto para cada colegiado;

4. A quantidade de membros remunerada foi informada pela média anual do número de membros apurado mensalmente.

5. A remuneração durante o período de impedimento (quarentena) é paga apenas em caso de término do mandato de diretor e o auxílio transferência é pago apenas no de início ou fim de mandato de diretor, caso resida fora da sede do Banco.

6. A rubrica Adicional de Férias comporta os valores relacionados à remuneração adicional de férias (1/3 constitucional) adicionado ao valor da indenização do saldo de férias existente quando da exoneração de membro da Diretoria executiva.
7. A partir de 2022 os valores orçados não contemplam encargos, conforme orientação da Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais – SEST presente no Ofício SEI nº 364/2022/ME relativo ao período 2022/2023.
8. Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo²⁷:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- e) em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

A Remuneração Variável Anual (RVA) é prevista em regulamento próprio, sujeita à orientação do Órgão controlador, mediante voto do seu representante na Assembléia Geral de Acionistas, para pagamento exclusivamente à Diretoria Executiva. A distribuição da RVA obedecerá ao alcance de metas, definidas pelo Conselho de Administração em cada exercício, conforme explicado no item 13.1."c". Não há previsão de bônus para administradores. O valor distribuído é reconhecido no resultado da própria empresa.

Remuneração	2020	2021	2022	2023
DIRETORIA EXECUTIVA	1.633.080	1.676.152	1.220.782	1.992.392
Bônus	0	0	0	0
- Valor máximo previsto	0	0	0	0
- Valor mínimo previsto	0	0	0	0
- Valor vinculado a metas	0	0	0	0
- Valor reconhecido no resultado	0	0	0	0
Participação nos Lucros ou Resultados (RVA)	1.633.080	1.676.152	1.220.782	1.992.392
- Valor máximo previsto	1.633.080	1.676.152	1.220.782	1.992.392
- Valor mínimo previsto				
- Valor vinculado a metas	1.633.080	1.676.152	1.220.782	1.992.392

²⁷ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

- Valor reconhecido no resultado	1.633.080	1.676.152	1.220.782	1.992.392
Número de Membros	7	7	7	7
Número de Membros Remunerados	19	19	19	7
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	0	0	0	0
Bônus	0	0	0	0
- Valor máximo previsto	0	0	0	0
- Valor mínimo previsto	0	0	0	0
- Valor vinculado a metas	0	0	0	0
- Valor reconhecido no resultado	0	0	0	0
Participação nos Lucros ou Resultados	0	0	0	0
- Valor máximo previsto	0	0	0	0
- Valor mínimo previsto	0	0	0	0
- Valor vinculado a metas	0	0	0	0
- Valor reconhecido no resultado	0	0	0	0
Número de Membros	7	7	7	7
Número de Membros Remunerados	0	0	0	0
CONSELHO FISCAL	0	0	0	0
Bônus	0	0	0	0
- Valor máximo previsto	0	0	0	0
- Valor mínimo previsto	0	0	0	0
- Valor vinculado a metas	0	0	0	0
- Valor reconhecido no resultado	0	0	0	0
Participação nos Lucros ou Resultados	0	0	0	0
- Valor máximo previsto	0	0	0	0
- Valor mínimo previsto	0	0	0	0
- Valor vinculado a metas	0	0	0	0
- Valor reconhecido no resultado	0	0	0	0
Número de Membros	5	3	3	3
Número de Membros Remunerados	0	0	0	0

Obs.: Os valores computados no quadro acima, referentes aos anos de 2020 a 2022 representam a remuneração efetivamente paga nos respectivos períodos, incluindo membros substituídos durante o exercício e ainda membros desligados em exercícios anteriores que fazem jus às parcelas diferidas da RVA. Os valores de 2023 se referem ao apresentado no documento Proposta de Remuneração dos Administradores que contempla a previsão da RVA da Diretoria Executiva, para o período de abril a março do ano seguinte, a ser submetido à 70ª AGO, em março/2023.

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a) termos e condições gerais
- b) data de aprovação e órgão responsável

- c) número máximo de ações abrangidas
- d) número máximo de opções a serem outorgadas
- e) condições de aquisição de ações
- f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- g) critérios para fixação do prazo de exercício
- h) forma de liquidação
- i) restrições à transferência das ações
- j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração baseado diretamente em ações ou opções.

A RVA, exclusiva para a Diretoria Executiva, prevê que 50% dessa remuneração esteja atrelada a instrumento baseado em ações. Em 2022 a parcela a pagar da RVA, atrelada a instrumento baseado em ações, foi convertida em quantidade de ações pelo valor patrimonial da ação do Banco no último dia do exercício a que se referia a RVA e revertida para reais no último dia útil do mês antecedente ao pagamento.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo²⁸:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - em aberto no início do exercício social
 - perdidas durante o exercício social
 - exercidas durante o exercício social
- e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração baseado diretamente em ações ou opções.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizadas nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo²⁹:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados

²⁸ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

²⁹ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

- d) data de outorga
- e) quantidade de opções outorgadas
- f) prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g) prazo máximo para exercício das opções
- h) prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i) valor justo das opções na data de outorga
- j) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração baseado diretamente em ações ou opções.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo³²:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e) em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração baseado diretamente em ações ou opções.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) número de ações
- e) preço médio ponderado de exercício
- f) preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas de exercício
- g) multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- h) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração baseado diretamente em ações ou opções.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão**
- b) número total de membros**
- c) número de membros remunerados**
- d) diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários**

Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração baseado diretamente em ações ou opções.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizadas nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo³⁰: ((verificar o que foi respondido no antigo item 13.5)

- a) órgão**
- b) número total de membros**
- c) número de membros remunerados**
- d) data de outorga**
- e) quantidade de ações outorgadas**
- f) prazo máximo para entrega de ações**
- g) prazo de restrição à transferência das ações**
- h) valor justo das ações na data de outorga**
- i) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga**

Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração baseado diretamente em ações ou opções.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão**
- b) número total de membros**
- c) número de membros remunerados**
- d) número de ações**
- e) preço médio ponderado de aquisição**
- f) preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas**

³⁰ Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

- g) multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações**

Não há nenhuma orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração baseado diretamente em ações ou opções.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a) modelo de precificação**

A RVA, exclusiva para a Diretoria Executiva, prevê que 50% dessa remuneração esteja atrelada a instrumento baseado em ações. Em 2022 a parcela a pagar da RVA, atrelada a instrumento baseado em ações, foi convertida em quantidade de ações pelo valor patrimonial da ação do Banco no último dia do exercício a que se referia a RVA e revertida para reais no último dia útil do mês antecedente ao pagamento.

Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.

- b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.**

Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.

- c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado.**

Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.

- d) forma de determinação da volatilidade esperada**

Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.

- e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não há orientação da Assembleia Geral de Acionistas para programas de remuneração diretamente com ações ou opções.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos,

sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão³¹

POSIÇÃO ACIONÁRIA DE CONSELHEIROS E DIRETORES

Órgão	Qtd. Ações ordinárias	Qtd. Ações Preferenciais
<i>Conselho de Administração</i>	<i>06</i>	<i>0</i>
<i>Conselho Fiscal</i>	<i>07</i>	<i>0</i>
<i>Diretoria Executiva</i>	<i>02</i>	<i>0</i>

As ações detidas pelos conselheiros e Diretoria Executiva, demonstradas no quadro acima, não se originam de qualquer programa de remuneração baseada em ações.

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) nome do plano
- e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f) condições para se aposentar antecipadamente
- g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

A empresa patrocina, desde 26/03/2010, plano de previdência ao qual os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva podem se associar.

O plano de previdência é em regime de contribuição variável e incorpora todos os institutos previstos na legislação previdenciária, inclusive a opção pelo resgate de contribuições, ao fim do mandato.

	<i>Diretoria Executiva</i>	<i>Conselho de Administração</i>
<i>Número de membros</i>	<i>7</i>	<i>7</i>
<i>Número de Membros Remunerados</i>	<i>7</i>	<i>0</i>
<i>Nome do Plano</i>	<i>Plano CV I – Plano de Contribuições Variáveis, administrado pela CAPEF</i>	<i>-</i>
<i>Membros aptos a se aposentar</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i>Condições para aposentadoria antecipada</i>	<i>Cumprir carência de 60 contribuições, cfe. alínea I, do art.3º da Lei Complementar 108, de 29/05/2001.</i>	<i>-</i>
<i>Valor acumulado de contribuições</i>	<i>2.709.945,60</i>	<i>0</i>

³¹ Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

	Diretoria Executiva	Conselho de Administração
até o exercício		
Valor contribuições 2022 descontada a contribuição paga pelos administradores	217.132,80	0

Obs.: No Número de Membros Remunerados acima foram indicados os optantes pelo plano de previdência oferecido a todos os membros dos colegiados estatutários.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal³²:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) valor da maior remuneração individual
- e) valor da menor remuneração individual
- f) valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

Na tabela abaixo foram demonstrados os valores anuais para os itens pedidos. Os conselhos não têm diferença de remuneração entre seus membros.

Remuneração	2020	2021	2022
DIRETORIA EXECUTIVA (I)			
- maior remuneração individual	758.347,23	1.011.920,88	1.088.106,46
- menor remuneração individual	758.347,23	856.717,45	901.044,76
- remuneração média individual anual	944.990,57	948.024,17	1.018.025,85
Número de Membros	7	7	7
Número de Membros Remunerados	7,5	6,92	6,42
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II)			
- maior remuneração individual	70.835,04	70.835,04	70.835,08
- menor remuneração individual	54.279,84	70.835,04	67.788,40
- remuneração média individual	67.321,06	64.351,36	67.731,02
Número de Membros	7	7	7
Número de Membros Remunerados	5,17	5,33	4,50
CONSELHO FISCAL (III)			
- maior remuneração individual	66.492,72	54.279,84	66.492,76
- menor remuneração individual	54.279,84	54.279,84	54.279,84
- remuneração média individual	59.164,99	58.661,58	58.350,81
Número de Membros	5	3	3
Número de Membros Remunerados	5	3,5	3,0

³² Para averiguação dos valores a serem inseridos neste item, utilizar os critérios estabelecidos no item 13.2.

Observações:

1. O valor da menor remuneração exclui os membros que exerceram o mandato por menos de 12 meses.
2. O valor da maior remuneração considera todos os membros que exerceram o mandato no período.
3. A quantidade de membros remunerados foi informada pela média anual do número de membros apurado mensalmente.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

O estatuto da empresa assegura ao ex-diretor a percepção dos honorários do cargo que exercia na empresa, por seis meses, condicionado a não assumir qualquer cargo em empresas do mesmo ramo, concorrentes ou não, ou outras com a qual a empresa mantenha relações de negócios, observada a aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR. As despesas são de responsabilidade da empresa, reconhecidas no seu resultado.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, e à previsão para o exercício social corrente indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Todas as despesas referidas no quadro foram reconhecidas no resultado da empresa. No quadro abaixo segue a demonstração dos percentuais de remuneração dos representantes dos controladores em relação à remuneração total, por Órgão.

ÓRGÃO	2020	2021	2022	2023
DIRETORIA EXECUTIVA (I)	-	-	-	-
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (II)	16%	37%	32%	32%
CONSELHO FISCAL (III)	55%	68%	67%	67%

Observação:

1. O dado de 2023 referente ao valor orçamento para 2023 e
2. Não há membros da Diretoria Executiva que sejam partes relacionadas ao controlador.

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nenhuma remuneração foi paga a qualquer dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função exercida nesses órgãos, a qualquer título.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Todas as despesas dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal foram reconhecidas no resultado da própria empresa, nada sendo repassado para reconhecimento no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas do emissor.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.

Senhores Acionistas,

O artigo 20 do Estatuto Social estabelece que compete à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores do Banco, dos membros do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e de Capital e do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

Assim, propõe-se que seja fixada a remuneração global dos administradores do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), referente ao período de abril de 2023 a março de 2024, em R\$ 13.472.999,73 contemplando Diretoria Executiva e Conselho de Administração, definindo-se que para a Diretoria Executiva estão incluídos honorários mensais, gratificação de natal (13º salário), adicional de férias, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, plano de saúde, previdência complementar, auxílio moradia, remuneração por impedimento (quarentena remunerada), auxílio transferência (ajuda de custo) e remuneração variável anual (RVA).

Em consonância com o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, propõe-se, também, que seja fixado limite, para o período de abril de 2023 a março de 2024, para os dispêndios com a remuneração do Comitê de Auditoria, no total de R\$ 2.642.177,74, cabendo ao Conselho de Administração a fixação da remuneração dos seus membros, com a observância desse limite. Para o Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital, previsto na Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, propõe-se a fixação do limite de R\$ 2.642.177,74. Para o membro externo remunerado do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, o total de R\$ 621.688,88.

Relativamente à remuneração dos membros do Conselho de Administração e membros efetivos do Conselho Fiscal, para o período acima, se propõe a fixação dos honorários mensais em um décimo do que, em média mensal, couber aos membros da Diretoria, excluídos os valores relativos a: adicional de férias; auxílio alimentação; seguro de vida em grupo; plano de saúde; previdência complementar; auxílio moradia; remuneração por impedimento (quarentena remunerada); auxílio transferência (ajuda de custo) e remuneração variável anual (RVA). Ressalva-se que a remuneração somente é devida ao membro suplente do Conselho Fiscal no mês em que este comparece a reuniões do Conselho, em conformidade com o que determina a Lei nº 9.292/96.

É o que submetemos à Assembleia.

Fortaleza (CE), 24 de fevereiro de 2023.

DE ACORDO (Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração):

Visto:

José Ilo Rogério de Holanda
Coordenador



**FIXAÇÃO DOS VALORES A SEREM ALOCADOS
AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E DE INOVAÇÃO -
FUNDECI E AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL - FDR**

Srs. Acionistas,

Consta da programação anual do Banco ação de apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) operacionalizados por meio dos recursos **Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (FUNDECI)**, principal instrumento da política de PD&I do Banco do Nordeste, e do **Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR)**, com vistas a contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas, qualificação técnica de profissionais da região e principalmente para o fomento à inovação, fortalecendo a base tecnológica da Região, visando identificar soluções de entraves dos setores produtivos, aumentando sua competitividade e, assim, reduzindo o risco financeiro das atividades financiadas pelo Banco.

Para o exercício de 2023, é proposta a alocação de novos recursos no valor de R\$ 30,0 milhões integralmente para o FUNDECI; uma vez que há saldos remanescentes de exercícios anteriores no montante de R\$ 4,5 milhões (FUNDECI - R\$ 1,7 milhões e FDR – R\$ 2,8 milhões), resulta num orçamento global de R\$ 34,5 milhões para aplicação no exercício de 2023.

É o que submetemos à Assembleia.

Fortaleza (CE), 31 de março de 2023

DE ACORDO

(Diretoria e Conselho de Administração):

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, manifesta-se favoravelmente à distribuição de Dividendos e pagamento sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) imputados ao dividendo mínimo, referentes ao exercício de 2022, no valor de R\$ **480.145.809,45**, conforme demonstrado no quadro abaixo:

**DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO PARA PAGAMENTO DE DIVIDENDOS SOB A
FORMA DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JCP) IMPUTADOS AOS DIVIDENDOS**

Especificação	Valores em Reais	
	31.12.2022	
1. Lucro Líquido do Exercício	2.015.331.180,98	
2. Reserva Legal Constituída (-)	100.766.559,05	
3. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA (+)	53.431,86	
4. Base de Cálculo dos Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio (soma dos itens 1 a 3)	1.914.618.053,79	
5. JCP Brutos propostos no Exercício (R\$ 5,5590792053 por ação)	480.145.809,45	
6. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 1º semestre	518.769,28	
7. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 2º semestre	971.079,23	
8. JCP Líquidos imputados aos dividendos (item 5 - item 6 - item 7) R\$ 5,5418298912 por ação	478.655.960,94	
9. JCP antecipados corrigidos pela Selic	174.021.680,41	
10. Valor Complementar bruto dos JCP (item 5 - item 9) R\$ 3,5442739403 por ação	306.124.129,04	
11. Valor Complementar dos JCP, líquido de IR (item 5 - item 7 - item 9) R\$ 3,5330308840 por ação	305.153.049,81	
12. JCP Líquidos de IR (Imputados aos Dividendos) em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 8/ item 4) R\$ 5,5418298912 por ação - em %	25,00	
13. JCP Brutos em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 5/item 4) R\$ 5,5590792053 por ação - em %	25,08	

Fortaleza (CE), 14 de fevereiro de 2023.

CONSELHO FISCAL

(Documento assinado eletronicamente)

Fabiano de Figueiredo Araujo
Presidente

(Documento assinado eletronicamente)

Fernanda Peixoto Souto
Conselheira Fiscal

(Documento assinado eletronicamente)

Luiz Alberto da Silva Júnior
Conselheiro Fiscal

**INFORMAÇÕES SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2022,
CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS LEGAL E ESTATUTÁRIA E DISTRIBUIÇÃO DE
DIVIDENDOS SOB A FORMA DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JCP), NOS
TERMOS DO ANEXO 'A' DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81 de 29.03.2022**

1. Informar o lucro líquido do exercício

O Lucro líquido do Exercício de 2022 foi de R\$ 2.015.331.180,98

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Descrição	em R\$	
	Montante	Valor por Ação
Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	480.145.809,45	5,559079205
Total	480.145.809,45	5,559079205

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Descrição	Valor - R\$	% s/Base dos Dividendos e JCP
Lucro Líquido do Exercício	2.015.331.180,98	
(-) Reserva Legal	100.766.559,05	
(-) Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	53.431,86	
(=) Base de Cálculos dos Dividendos e JCP	1.914.618.053,80	
Valor bruto dos JCP pagos a pagar	480.145.809,45	25,0778900
(-) Imposto de Renda na fonte sobre JCP	1.489.848,51	
Valor dos JCP líquidos imputados ao Dividendo	478.655.960,94	25,0000756

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

No exercício, não há distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

em R\$

Descrição	Montante	Valor por Ação
JCP complementares do exercício	306.124.129,04	3,5442739403
Total	306.124.129,04	3,5442739403

- b. A forma e o prazo de pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio

Os JCP do exercício de 2022 serão pagos em até 15 dias úteis após a aprovação na AGO convocada para 31.03.2023, da seguinte forma:

i) por crédito em conta corrente do acionista, cuja conta corrente seja no BNB e por envio de TED (Transferência Eletrônica Disponível) para conta corrente em outro Banco;

ii) por caixa; e

Obs.: Será exigido o cadastro atualizado como pré-condição para os pagamentos previstos nos itens 'i' e 'ii', acima descritos.

iii) sobre as ações custodiadas na B3 S/A, serão pagos à própria Bolsa, que os repassará aos acionistas titulares, por intermédio das corretoras depositantes.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Os Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) serão pagos acrescidos de encargos financeiros à base da variação da taxa SELIC, da data do encerramento do Balanço até a data em que o rendimento se tornar disponível para o acionista.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

31.03.2023

Tendo em vista o disposto na legislação vigente, deverá ser observado que:

- As ações negociadas até 31.03.2023 farão jus aos JCP declarados; e
- A partir de 03.04.2023, os negócios com ações deste Banco deverão ser realizados "ex-juros sobre o capital próprio"

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Dividendo do 1º semestre de 2022, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), totalizando: R\$ 167.094.547,63, atualizado monetariamente pela variação da Taxa SELIC, desde a data do pagamento até 31.12.2022, consoante Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, resultando R\$ 174.021.680,41.

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

06.09.2022.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Em R\$

Especificação	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Montante do Lucro Líquido	2.015.331.180,98	1.618.492.806,82	1.019.220.605,69	1.736.684.877,17
Lucro Líquido por ação	23,33	18,74	11,8	20,11

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Especificação	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Montante de Dividendos	17.105.569,81	-	84.217.937,82
Dividendos por ação	0,198046542		0,975066694
Montante de JCP	368.791.364,43	242.183.179,59	335.794.660,46
JCP por ação	4,269828799	2,80397215	3,887796327

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Em 2022, o montante destinado à Reserva Legal foi de R\$ 100.766.559,05.

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A constituição da Reserva Legal está prevista no Estatuto Social do Banco, em conformidade com o que determina o Artigo 193, da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido até que alcance 20% do Capital Social. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da Reserva Legal era de R\$ 627.177.563,75, o que equivalia a, aproximadamente, 8,4% do Capital integralizado do Banco na mesma data.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

O Banco não possui ações preferenciais

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

O Banco não possui ações preferenciais

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
O Banco não possui ações preferenciais
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
O Banco não possui ações preferenciais
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe
O Banco não possui ações preferenciais

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto
25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da Lei, para o pagamento de dividendos, em harmonia com a Política de Distribuição Dividendos do Banco;
- b. Informar se ele está sendo pago integralmente
O Banco está pagando integralmente o dividendo mínimo obrigatório, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP)
- c. Informar o montante eventualmente retido
O Banco não possui dividendos retidos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção
O Banco não possui dividendos retidos
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
O Banco não possui dividendos retidos
- c. Justificar a retenção dos dividendos
O Banco não possui dividendos retidos

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva
Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências
- c. Explicar por que a perda foi considerada provável
Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências

- d. Justificar a constituição da reserva
Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reserva de contingências

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva
Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Em consonância com a legislação, o Artigo 52 do Estatuto Social estabelece a seguinte destinação do saldo do lucro líquido, após as distribuições estatutárias:

- Reserva para Equalização de Dividendos Complementares, com a finalidade de assegurar recursos para pagamento de dividendos, cujo valor corresponderá à aplicação do percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro remanescente, limitado a 20% do capital social; e

- Reserva para Margem Operacional, com a finalidade de assegurar margem operacional compatível com o desenvolvimento com as operações do Banco, no percentual de até 100% (cem por cento) do lucro remanescente, até o limite de 80% do Capital Social.

- b. Identificar o montante destinado à reserva

No exercício de 2022, foi destinado o montante de R\$ 1.434.472.244,34 para Reservas Estatutárias, sendo R\$ 358.618.061,09 para Reserva para Equalização de Dividendos Complementares e R\$ 1.075.854.183,25 para Reserva para Margem Operacional.

- c. Descrever como o montante foi calculado

Corresponde ao remanescente do seguinte cálculo: valor do Lucro Líquido do exercício, acrescido da Reserva de Reavaliação transferida para (LPA), e diminuído da Reserva Legal e da destinação para pagamento de Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) do exercício.

A seguir, demonstra-se a compatibilidade com o Programa de Dispêndios Globais - PDG (no caso de Instituições Financeiras - Expansão de Operações de Crédito)

As Reservas Estatutárias aqui propostas estão compatíveis com a programação orçamentária de expansão das operações de crédito, conforme se verifica no quadro a seguir, extraído do Programa de Dispêndios Globais – PDG do Banco, para 2023:

RUBRICA PDG	APLICAÇÕES	PDG de 2023
2104000000	(+) CONCESSÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.282.394.600,00
1100070000	(-) AMORTIZAÇÃO/LIQUIDAÇÃO DE PRINCIPAL DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONCEDIDAS	(4.712.400,00)
	TOTAL	9.277.682.200,00

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não há proposta de retenção de lucros

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não há proposta de retenção de lucros

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não há proposta de destinação do lucro líquido para reservas de incentivos fiscais

b. Explicar a natureza da destinação

Não há proposta de destinação do lucro líquido para reservas de incentivos fiscais

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2023

De Acordo

AÍLA Maria Ribeiro de Almeida Medeiros
Superintendente de Controladoria

De Acordo

(Diretoria e Conselho de Administração)

PROPOSTA AOS ACIONISTAS PARA DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E PAGAMENTO SOB A FORMA DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO IMPUTADOS AOS DIVIDENDOS DO EXERCÍCIO DE 2022, CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL E RESERVA ESTATUTÁRIA

Senhores Acionistas,

De acordo com o artigo 50, do Estatuto Social do Banco, cabe ao Conselho de Administração propor à Assembleia Geral a destinação do resultado do exercício social.

Segundo preceitua a Lei Nº. 6.404/76, as sociedades por ações, de capital aberto devem distribuir em cada exercício um dividendo mínimo e obrigatório equivalente a **25%** da base de cálculo ali definida, apurada a partir do ajustamento do lucro líquido contábil.

Considerando os dispositivos citados, do lucro líquido apurado em 2022, está sendo proposta a distribuição de Dividendos e pagamento sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) imputados aos dividendos do exercício, no montante bruto de **R\$ 480.145.809,45** (líquido de IR: R\$ 478.655.960,94), que corresponde a **25,08%** (líquido de **25,00%**) da Base de Cálculo dos Dividendos, e representa uma distribuição de R\$ 5,5590792053 (líquida de R\$ 5,5418298912) por cada ação ordinária componente do capital social, conforme demonstrativo logo a seguir.

Registre-se que essa Proposta além de atendimento aos dispositivos supracitados, guarda consonância com as premissas constantes do Plano de Capital do Banco atualizado para o período 2023 a 2027 e aprovado em 12.12.2022 pelo Conselho de Administração.

DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO PARA PAGAMENTO DE DIVIDENDOS SOB A FORMA DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JCP) IMPUTADOS AOS DIVIDENDOS

	Em Reais
Especificação	31.12.2022
1. Lucro Líquido do Exercício	2.015.331.180,98
2. Reserva Legal Constituída (-)	100.766.559,05
3. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA (+)	53.431,86
4. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio (soma dos itens 1 a 3)	1.914.618.053,79
5. JCP Brutos propostos no Exercício (R\$ 5,5590792053 por ação)	480.145.809,45
6. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 1º semestre	518.769,28
7. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 2º semestre	971.079,23

8. JCP líquidos imputados aos dividendos (item 5 - item 6 - item 7) R\$ 5,5418298912 por ação	478.655.960,94
9. JCP antecipados corrigidos pela Selic	174.021.680,41
10. Valor Complementar bruto dos JCP (item 5 - item 9) R\$ 3,5442739403 por ação	306.124.129,04
11. Valor Complementar dos JCP, líquido de IR (item 5 - item 7 - item 9) R\$ 3,5330308840 por ação	305.153.049,81
12. JCP Líquidos de IR (Imputados aos Dividendos) em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 8/ item 4) R\$ 5,5418298912 por ação – em %	25,00
13. JCP Brutos em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 5/item 4) R\$ 5,5590792053 por ação – em %	25,08

Assim, a proposta prevê a distribuição, no exercício, de Dividendos para pagamento sob a forma de JCP totalizando um valor bruto de **R\$ 480.145.809,45** (líquido de IR: **R\$ 478.655.960,94**), que corresponde a 25,08% (líquido de 25,00%) sobre o lucro líquido ajustado, o qual foi imputado aos Dividendos do Exercício. Registre-se que esse valor dos JCP está dentro do limite de dedutibilidade permitido pela legislação fiscal.

Levando-se em conta o pagamento antecipado sob a forma de JCP no primeiro semestre, atualizado monetariamente, de R\$ 174.021.680,41, o valor complementar bruto a ser pago aos acionistas titulares das ações ordinárias componentes do Capital Social do Banco, importa em **R\$ 306.124.129,04 (líquido de R\$ 305.153.049,81)**.

Propõe-se, ainda, de acordo com o inciso I, do art. 50, do Estatuto Social, a constituição de Reserva Legal no importe de **R\$ 100.766.559,05**, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com as disposições do artigo 193, da Lei 6.404/76.

Da mesma forma, em obediência ao artigo 52, do Estatuto Social, tendo em vista que após a distribuição do resultado do exercício remanesceu **R\$ 1.434.472.244,34**, propõe-se a constituição de Reservas Estatutárias, sendo **R\$ 358.618.061,09** para Reserva para Equalização de Dividendos Complementares e **R\$ 1.075.854.183,25** para Reserva para Margem Operacional, com as finalidades estabelecidas no Estatuto Social. As Reservas Estatutárias aqui propostas estão compatíveis com a programação orçamentária de expansão das operações de crédito do Banco do Nordeste, para o exercício de 2023.

Diante do exposto, a Administração do Banco do Nordeste, no uso de suas prerrogativas legais e estatutárias e, ouvido o Conselho Fiscal, propõe o pagamento de Dividendos sob a forma de JCP do exercício, constituição de Reserva Legal e de Reservas Estatutárias conforme exposto nesta proposição.

Ressalte-se que, no período compreendido entre a data do encerramento do Balanço e a data do efetivo pagamento, os JCP complementares do exercício serão atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC, consoante o parágrafo 10º do artigo 50, do Estatuto Social do Banco.

Sobre o valor dos Dividendos pagos sob a forma de JCP incide imposto de renda na fonte para os acionistas não imunes ou isentos, à alíquota de 15%. De acordo com o item V da Deliberação CVM nº. 683, de 30.08.2012, os JCP poderão ser imputados ao dividendo pelo

seu valor líquido do imposto de renda na fonte, a fim de evitar qualquer perda financeira aos referidos acionistas em virtude da mudança na sistemática de sua remuneração.

Os JCP serão pagos em até 15 dias úteis após a deliberação da Assembleia, conforme segue:

- Sobre as ações custodiadas no Banco: por crédito em conta corrente do acionista, cuja conta corrente seja no Banco do Nordeste; por envio de TED (Transferência Eletrônica Disponível) para conta corrente em outro Banco; e por caixa.
Obs.: Será exigido o cadastro atualizado como pré-condição para todos os pagamentos previstos anteriormente.
- Sobre as ações custodiadas na B3 S/A, serão pagos à própria Bolsa, que os repassará aos acionistas titulares, por intermédio das corretoras depositantes.

Tendo em vista o disposto na legislação vigente, deverá ser observado que as ações negociadas até 31.03.2023 farão jus aos JCP declarados; e a partir de 03.04.2023, os negócios com ações deste Banco deverão ser realizados “ex-juros sobre o capital próprio.

É o que submetemos à Assembleia.

Fortaleza (CE), 14 de fevereiro de 2023.

De Acordo

AÍLA Maria Ribeiro de Almeida Medeiros
Superintendente de Controladoria

De Acordo
(Diretoria e Conselho de Administração)

Informações sobre os candidatos indicados para membros do Conselho de Administração com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025.

- Até a data de reapresentação desta Proposta da Administração, não foram recebidas pelo Banco as indicações para eleição de novos membros ao Conselho de Administração. Ante o exposto, o Banco do Nordeste submete à Assembleia a eleição do presidente e do representante dos empregados, e, caso as indicações da União não sejam recebidas até a data da 70ª AGO, os atuais membros terão seu prazo de gestão prorrogado, na forma disposta no Art. 25, § 13, do Estatuto Social:
 - Art. 25. (...)
(...)
§13.O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração prorrogar-se-á até a investidura dos novos membros.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOME	Órgão / Representação
PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA	Banco do Nordeste - Presidente
ROMILDO CARNEIRO ROLIM	Banco do Nordeste - Funcionários
ATUAIS MEMBROS	
JOSÉ ILO ROGÉRIO DE HOLANDA	Ministério da Economia - Membro do Conselho
SAUMÍNEO DA SILVA NASCIMENTO	Ministério da Economia - Presidente do Conselho
GUIDO ANTONIO DA SILVA CARNEIRO	Membro Independente indicado pelo Ministério da Economia
LEONARDO FALETTI	Membro Independente indicado pelo Ministério da Economia

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Presidente do Banco do Nordeste

Nome: Paulo Henrique Saraiva Câmara

Idade: 50 anos – 08/08/1972

Profissão: Auditor Fiscal do TC - PE

CPF: 783.927.054-91

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Conselho de Administração

Data da eleição: Eleito em 29.03.2023, pela 815ª Reunião do Conselho de Administração; a ser eleito na 70ª AGO.

Data da posse:

Prazo do Mandato: Até a Assembleia Geral Ordinária de 2025

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Presidente do BNB S.A.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

Atividade Atual - Auditor do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Currículo

Graduado em Ciências Econômicas, possui pós-graduação em contabilidade e controladoria governamental e mestrado em gestão pública para o desenvolvimento do Nordeste, todos pela Universidade Federal de Pernambuco. Exerceu, ainda, a carreira administrativa, no Banco do Brasil, no período de 1993 a 1994, foi Secretário de Administração de Pernambuco (2007 a 2010), Secretário de Turismo de Pernambuco no exercício de 2010, Secretário da Fazenda de Pernambuco de 2011 a 2014 e Governador do Estado de Pernambuco no período de 2015 a 2022.

Condenações: Não há.

Relações Familiares

- a. Administradores do emissor Não há
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
- b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há

ROMILDO CARNEIRO ROLIM
Representante dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Nome: Romildo Carneiro Rolim

Nascimento: 08/12/1966 – 56 anos

Profissão: Bancário

CPF: 264.904.043-20

Cargo Eletivo Ocupado: Representante dos Funcionários

Data da eleição: 31.03.2023

Data da posse:

Prazo do Mandato: 02 anos, até a Assembleia Geral Ordinária de 2025.

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Superintendente da Área de Operações Financeiras e de Mercado de Capitais; Diretor Financeiro e de Crédito, Presidente do Banco

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: não

Membro independente – não

Mandatos Consecutivos – Primeiro mandato

Formação Acadêmica e Experiência Profissional

Contador, administrador, especialista em gestão empresarial, especialista em normas e padrões internacionais de auditoria interna e mestre em avaliação de políticas públicas.

Possui certificação CPA-10 e CPA-20 (Anbima).

Trabalhou em agência, ocupou cargos técnicos relacionados com atividades de análise e acompanhamento de projetos, gerenciou o Ambiente de Análise e Acompanhamento de Operações de Crédito, a Unidade de Recuperação de Crédito do Ceará, o Ambiente de Controles Internos e o Ambiente de Auditoria Interna.

Condenações: Não há.

Relações Familiares

- a. administradores do emissor Não há
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
 - b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
 - c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há
-

JOSÉ ILO ROGÉRIO DE HOLANDA
Ministério da Economia

Nome: José Ilo Rogério de Holanda

Idade: 60 anos - 30.01.1963

Profissão: Economista

CPF: 202.261.793-20

Cargo Eletivo Ocupado: Membro do Conselho de Administração

Data da eleição: 31.03.2023

Data da posse:

Prazo do Mandato: Até a Assembleia Geral Ordinária de 2025

Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Nihil

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

Currículo:

Formação Acadêmica

- Mestrado – Direito - Universidade de Salamanca - Salamanca - Castillay Leon
- Especialização em Altos Estudos em Defesa – Escola Superior de Guerra/ESG - Campus Brasília
- Especialização em Comércio Exterior – Negócios Internacionais - Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRP - Recife/PE
- MBA Executivo e Finanças - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais - IBMEC - Fortaleza(CE)
- Especialização e Auditoria - Fundação Viscondede Cairu - Salvador - BA
- Graduação – Ciências Econômicas - Universidade de Fortaleza - UNIFOR - Fortaleza(CE)

Experiência Profissional

- Servidor público efetivo da carreira de Auditor Federal de Finanças e Controle – Setembro/2009 até o presente.
- Gerente Geral - SM Fomento Comercial Ltda - Grupo SIL - Fortaleza/CE - Abr./2001 a Jan./2007
- Gerente Geral - Banco do Nordeste do Brasil S/A - Jul./1993 a Mar./2001 > Escriturário - Banco do Nordeste do Brasil S/A - Jun./1978 a Mar./2001

• **Certificações**

- ISO 31000: 2009 -Capacitação em Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Riscos - Administração Pública - QSP - Centro de Qualidade, Segurança e Produtividade para o Brasil e América Latina – 2017
- Língua Espanhola - Instituto Cervantes – 2014
- Curso Superior de Política e Estratégia/CSUPF – Escola Superior de Guerra/ESG – Campus Brasília

- **Condenações:** Não há.

Relações Familiares

- a. Administradores do emissor Não há
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
- b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há

SAUMÍNEO DA SILVA NASCIMENTO **Ministério da Economia**

Nome: Saumíneo da Silva Nascimento

Idade: 54 Anos – 19/05/1968

Profissão: Advogado e Economista

CPF: 267.094.495-72

Cargo Eletivo Ocupado: Conselho de Administração do BNB

Data da eleição: 31/03/2023

Data da posse:

Prazo do Mandato: 2 anos - até a Assembleia Geral Ordinária de 2025

Outros cargos ou funções exercidos no emissor: Nihil

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: indicado pelo controlador

Currículo:

Atividade Atual

- SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO TIRADENTES S.A. - Superintendente Administrativo e Financeiro, Superintendente Geral, Superintendente de Relações Institucionais e Vice-Presidente de Relações Institucionais

Formação Acadêmica

- Pós-Doutorado em Ciência da Propriedade Intelectual – Universidade Federal de Sergipe, 2015.
- Doutor em Geografia – Universidade Federal de Sergipe - 2005
- Mestre em Geografia – Universidade Federal de Sergipe – 1999
- Especialização em Comércio Exterior – Universidade Católica de Brasília – 1999
- Especialização em Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informações Geográficas – Universidade Federal da Paraíba – 1998
- Especialização em Administração Rural – Universidade Federal de Viçosa – 1996
- Especialização em Economia Empresarial – Universidade Tiradentes – 1995
- Bacharel em Economia – Universidade Tiradentes – 1994
- Bacharel em Direito – Universidades Tiradentes – 2020

Cursos no Exterior

- - Leadership and Influence Program -Babson College – Boston (Estados Unidos)- 2019
- - VII Competitiveness Summer School – Inter American Development Bank – BID – Washington (Estados Unidos) – 2013
- - Tourism and Infrastructure Studies Program – The George Washington University – Washington (Estados Unidos) - 2009

Experiência Profissional

Governo Federal

- Diretor de Administração e Diretor de Planejamento da SUDENE (mar/2008 a jan/2009).
- Superintendente Estadual do Banco do Nordeste em Sergipe (fev/2005 a fev/2008 e fev/2015 a out/2017).

Governo do Estado de Sergipe

- Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de Sergipe (mai/2012 – jan/2015).
- Presidente do Banco do Estado de Sergipe (fev/2009 a abril/2012).

Docência

- Professor de Economia – Faculdade São Luís de França
- Professor Substituto no Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe

Experiência em Conselhos

- - Vice Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado de Sergipe S/A;
- - Presidente do Conselho de Administração da Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe (ITPS);
- - Presidente do Conselho da Fundação de Amparo à Pesquisa de Sergipe (FAPITEC);
- - Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CODISE);
- - Presidente do Conselho do Parque Tecnológico de Sergipe (SERGIPETEC);
- - Vice Presidente do Conselho de Desenvolvimento Industrial de Sergipe (CDI);
- - Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia;
- - Conselheiro do SEBRAE-SE e SEBRAE-PB;
- - Conselheiro da CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia

Condenações: Não há.

Relações Familiares

- a) administradores do emissor Não há
- b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
- c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
- d) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
 - b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
 - c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há
-

GUIDO ANTONIO DA SILVA CARNEIRO
Membro Independente

- a. **Nome** – Guido Antonio da Silva Carneiro
- b. **Nascimento:** 69 anos - 24/12/1954
- c. **Profissão:** Servidor Público Federal
- d. **CPF:** 075.488.854-15
- e. **Cargo Eletivo Ocupado:** membro independente do Conselho de Administração do BNB;
- f. **Data da eleição:** 31.03.2023
- g. **Data da posse:**
- h. **Prazo do Mandato:** Até a Assembleia Geral Ordinária de 2025.
- i. **Outros cargos ou funções exercidos no emissor:**
- j. **Indicação se foi eleito pelo controlador ou não:** sim
- k. **Membro independente** – não
- l. **Mandatos Consecutivos** – Segundo mandato
- m. **Informações sobre:**

Condenações: Não há.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Graduação em Direito – Universidade Católica de Pernambuco – 1976
- Especialização em Comércio Exterior – Faculdade de Ciências Gerenciais da UNA – 1983
- Especialização em Administração Financeira - União de Negócios e Administração – UNA – BH - 1984
- MBA – Gestão do Comércio Exterior - Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ – 2008/2010
- Mestrado em Administração Contábil-Financeira - Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP E Copenhagen Business School – 1992/1994

CERTIFICAÇÕES / IDIOMAS

CPA 20 – ANBIMA
INGLÊS - Fluente

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Banco do Nordeste do Brasil S/A durante 43 anos – Gerências Técnicas, Gerências de Agências, Auditoria, Assessoria da Presidência.

Condenações: Não há.

Relações Familiares

- a. administradores do emissor Não há
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
- b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há

LEONARDO FALETTI
Membro Independente

- a. **Nome** – Leonardo Faletti
- b. **Nascimento**: 59 anos - 20/10/1962
- c. **Profissão**: Administrador de Empresas
- d. **CPF**: 719.357.547-34
- e. **Cargo Eletivo Ocupado**: membro independente do Conselho de Administração do BNB
- f. **Data da eleição**: 31.03.2023
- g. **Data da posse**:
- h. **Prazo do Mandato**: 02 anos, até a Assembleia Geral Ordinária de 2025.
- i. **Outros cargos ou funções exercidas no emissor**: Nihil
- j. **Indicação se foi eleito pelo controlador ou não**: sim
- k. **Membro independente** – sim
- l. **Mandatos Consecutivos** – Primeiro mandato
- m. **Informações sobre**:

Condenações: Não há.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- **Administração** de Empresas – CRA RJ – 20-87158
- **MBA** Executivo pela COPPEAD - UFRJ

CERTIFICAÇÕES / IDIOMAS

- Certificação Profissional & Life Coaching pela Sociedade Latino Americana de Coaching e International Association of Coaching IAC - (2014)
- Certificação Profissional DISC – Avaliação de Perfil Comportamental - 2014

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- KOLME Desenvolvimento Empresarial – Sócio Diretor – 2016 até o presente
- Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG – Conselheiro Fiscal – 04/2018 até o presente
- Comissão Especial de Governança Corporativa do CRA- RJ – Coordenador - 2019
- Instituto Brasileiro dos Consultores de Organização – IBCO – Diretor do Núcleo Sudeste – 2016
- Casa da Moeda – Assessor Especial da Presidência – 2017
- Banco do Brasil – Desenvolvimento Organizacional - 1977/2012
- Caixa de Previdência Dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI – 1995/2009
- BBDTVM – Implantação e Desenvolvimento da Gerência de Administração de Fundos Estruturados - 2009/2012
- INVEPAR – Conselho Fiscal – Finalizado
- SAUÍPE – Conselho de Administração – Finalizado

Condenações: Não há.

Relações Familiares

- a. administradores do emissor Não há
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor Não há
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor Não há
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor Não há

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há
 - b. controlador direto ou indireto do emissor Não há
 - c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas Não há
-

Informações sobre os candidatos indicados para membros do Conselho Fiscal com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025.

- Até a data de reapresentação desta Proposta da Administração, não foram recepcionadas pelo Banco do Nordeste as indicações para eleição de novos membros ao Conselho Fiscal. Ante o exposto, caso as indicações não sejam recepcionadas até a data da 70ª AGO, os atuais membros serão reconduzidos, com tal definição disposta no voto da União.

**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO
FINANCEIRA DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL**

Balanço de 31 dezembro de 2022

**Em atendimento às Resoluções CVM nºs 80/2022 e 81/2022
Ambiente de Contabilidade**

Nós, membros da Diretoria do Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB, apresentamos na seção 2 do Formulário de Referência instituído pela Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, os comentários sobre a situação financeira e os aspectos relevantes do desempenho do Banco, relativamente ao exercício social de 2022, comparativamente a 2021.

2.1.a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

QUADRO 01 – CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

Itens do Balanço Patrimonial	Em R\$ milhões	
	31.12.2021	31.12.2022
Ativos Totais	60.302	63.167
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.299	6.182
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	35.355	37.751
Operações de Crédito (líquido de provisões)	14.321	12.388
Outros Créditos (líquido de provisões)	447	5.457
Depósitos Totais	13.406	15.532
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	2.656	2.644
Outras Obrigações	27.598	26.026
- Recursos do FNE (Disponibilidades)	19.706	18.141
- Provisão para Contingência	782	929
- Passivo Atuarial (Benefícios pós-emprego)	2.976	2.731
- Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.290	1.124
- Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	2.843	3.101
Patrimônio Líquido	7.479	8.996
Lucro Líquido	1.618,49	2.015,33
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio	23,70%	24,4%
Índice de Eficiência Operacional	53,1%	51,8%
Índice de Basileia	13,87%	13,72%

Detalhamento no item 2.1.h.

2.1.b. Estrutura de capital

Na posição de 31.12.2022, o Capital Social do BNB importa em **R\$ 7.445,6 milhões** (R\$ 6.293,5 milhões em 31.12.2021), representado por 86.371.464 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, integralizadas.

O montante do passivo exigível, entendido como “somatório do passivo circulante e não circulante”, é de **R\$ 54.171,0 milhões** (52.823,0 milhões em 31.12.2021). Dessa forma, o índice de endividamento, medido pela relação “passivo exigível sobre o patrimônio líquido” em 2022 representa **6,02** (7,06 em 2021).

Hipóteses de resgate - Não há hipóteses de resgate de ações de emissão do Banco, além daquelas previstas em lei.

QUADRO 02 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Composição em 31.12.2022		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	47.896.165	55,45
FI CAIXA FGEDUC MULTIMERCADO	30.205.568	34,97
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.206.000	7,19
Outros	2.063.731	2,39
Total	86.371.464	100,00

2.1.c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

QUADRO 03 – CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Em R\$ mil

Especificação	31.12.2021	31.12.2022
Ativos de Liquidez (A)		
Disponibilidades	136.166	129.218
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.299.043	6.181.868
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	35.354.641	37.751.184
Relações Interfinanceiras	834.988	893.930
Operações de Crédito	14.320.577	12.388.480
Outros Créditos	446.896	1.921.153
Total dos Ativos Financeiros	55.392.311	59.265.833
Passivos de liquidez (B)		
Depósitos	13.405.991	15.531.732
Captações no Mercado Aberto	2.224.293	2.426.407
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	6.694	11.799
Obrigações por Empréstimos e Repasses	2.655.654	2.643.773
Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	20.624.190	19.078.150
Outros Passivos Financeiros	4.138.471	10.874.243
Total dos Passivos Financeiros	43.055.293	50.566.104
Saldos de Liquidez (A - B)	12.337.018	8.699.729
Índice de Liquidez (A/B)	1,29	1,17

O Banco investe parcela relevante de seus recursos em títulos públicos federais, que são ativos considerados de elevada liquidez e detém posições em títulos e valores mobiliários do setor privado.

Em 31.12.2022, a carteira de Títulos e Valores Mobiliários corresponde a **R\$ 37,8 bilhões** (R\$ 35,4 bilhões em 31.12.2021) classificada quase na sua totalidade, na categoria Títulos Disponíveis para Venda, representando cerca de 99% do total, objetivando adequar o fluxo

de caixa do BNB às metas de contratação de operações de crédito, tanto do FNE, como de outras fontes, inclusive os créditos da carteira comercial, evitando que o Banco venha a apresentar problemas de liquidez quando da liberação de tais recursos para os mutuários, além de proporcionar a flexibilidade necessária para auferir ganhos no mercado financeiro por meio da eventual venda de títulos, contribuindo para o planejamento do resultado financeiro da Instituição.

2.1.d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

QUADRO 04 – FONTES DE FINANCIAMENTO

Especificação	Em R\$ Milhões	
	2021	2022
Fontes para Capital de Giro		
Depósitos	7.013,40	6.564,70
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.296,20	537,3
Mercado Aberto, Relações Interdependências e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.186,20	2.406,00
Outros (Benefícios a Empregados, FNE e outros)	5.425,00	6.926,60
Total das Fontes de Curto Prazo	15.920,80	16.434,60
Depósitos de Longo Prazo	6.380,40	8.967,00
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	166,67
Outros (FNE e outros)	18.854,50	16.499,97
Total das Fontes de Longo prazo	25.234,90	25.633,64
TOTAL	41.155,70	42.068,24
Fontes para Ativos Não Circulantes		
Depósitos FAT	12,2	-
Mercado Aberto e Instrumentos Financeiros Derivativos	43,2	93,3
Obrigações por Empréstimos e Repasses	1.359,50	2.106,50
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	2.842,90	3.100,60
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.290,50	957,16
Outros	6.119,00	5.845,20
Patrimônio Líquido	7.479,00	8.996,20
Total	19.146,30	21.098,96
Total do Passivo	60.302,00	63.167,20

2.1.e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes para cobertura de deficiências de liquidez

A situação de liquidez do Banco é confortável tanto em relação ao financiamento para capital de giro quanto para investimentos em ativos não circulantes, conforme evidenciado nos itens 2.1.c e 1.d. Efetivamente, essa margem de liquidez se deve, principalmente, pelo fato de o Banco financiar parcela de seu capital de giro com recursos com prazos de exigibilidades superiores a 01 ano, representado pela elevação de obrigações de longuíssimo prazo, a exemplo das provisões para Garantias Financeiras Prestadas (FNE) e as decorrentes de benefícios pós-emprego.

Registra-se, de modo semelhante, confortável liquidez quanto ao financiamento de ativos não circulantes. Dentre as fontes de financiamento, destacam-se as obrigações, representadas por recursos estáveis provenientes dos ingressos do Tesouro para o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), de contratação de Dívida Subordinada,

de instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e, ainda, oriundos de outras obrigações a exemplo das provisões para benefícios pós-emprego.

Ademais, o Banco atua de maneira diligente por meio de parâmetros estabelecidos em suas políticas de tesouraria e de gestão de risco e de instrumentos de gestão, no sentido de antecipar quaisquer movimentos e cenários que possam comprimir sua posição de liquidez.

Dessa maneira, se necessário, o Banco poderá utilizar-se dos mecanismos usuais para aumento do volume dos depósitos a prazo bem como, se for o caso, realizar emissões de títulos nos mercados nacionais e internacionais, contando nesse caso com *ratings* de crédito em linha com o *rating* soberano.

Sendo assim, no Quadro 03 anterior, demonstramos uma posição confortável para cobrir as obrigações exigíveis de curto e longo prazo assumidas pelo Banco.

2.1.f. Níveis de endividamento e as características das dívidas

QUADRO 05 – NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

Especificação	31.12.2021	31.12.2022
Índice de Endividamento	4,19	3,92

O Índice de Endividamento, representado pelo Passivo Exigível em relação ao Passivo Não Exigível, está em 3,92 (4,19 em 2021). Observa-se um leve decréscimo, explicado pelo aumento do Patrimônio Líquido, em função do lucro apurado em 2022, não obstante a captação de recursos do exterior, ocorrida em maio/2022, junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI). Registre-se que, para efeito do cálculo desse indicador, não são considerados, como Dívida, mas como Capital, os Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e a Dívida Subordinada Elegível a Capital, abaixo caracterizados.

O Banco possui os seguintes instrumentos de Capital:

O Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, contratado com a União Federal, compõe o Patrimônio de Referência (PR) Nível I, na condição de Capital Principal do Banco, conforme autorização do Bacen. Esse instrumento, como previsto na Resolução CMN nº 4.955, de 21.10.2021, possui cláusula de recompra, que foi utilizada pelo Banco na concretização de amortização de um total de R\$ 666.667 mil, efetuada em três parcelas nos exercícios de 2019 (R\$ 250.000 mil), 2020 (R\$ 250.000 mil) e 2022 (R\$ 166.667 mil). O valor autorizado pelo Bacen para a última amortização foi de R\$ 167.000 mil, sendo este o valor efetivamente deduzido do Capital Principal conforme orientação do supervisor. O saldo atual de IECP importa em R\$ 333.333 mil.

As Letras Financeiras Subordinadas no valor de R\$ 801.040 mil, captadas em junho de 2019, foram autorizadas pelo Bacen a compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar. Essas letras atendem ao disposto no Artigo 10º da Resolução CMN nº 5.007, de 24.03.2022 que permite a recompra de até 3% do seu valor contábil. No final do exercício de 2022, o valor recomprado acumulou um total de R\$ 10.551 mil.

Os contratos de Dívida Subordinada firmados com o FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, de acordo com o Artigo 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021, estão sendo

excluídos gradativamente do Nível II do PR seguindo o cronograma definido no citado artigo.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

QUADRO 06 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em R\$ mil

Especificação	31.12.2021	31.12.2022
CIRCULANTE	1.302.852	715.746
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	6.694	11.799
Empréstimos no Exterior	484.885	344.107
Repasses do País	455.242	112.815
Repasses do Exterior	356.031	80.358
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	166.667
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	5.492.860	6.164.229
Repasses do País	991.173	758.542
Repasses do Exterior	368.323	1.347.951
Dívida Subordinada	2.842.875	3.100.580
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	1.290.489	957.156
TOTAL	6.795.712	6.879.975

O quadro acima mostra um breve resumo, no final dos exercícios de 2022 e 2021, das obrigações por empréstimos e financiamentos assumidas pelo Banco do Nordeste, além das obrigações sobre os instrumentos de capital supracitados. O Banco tem uma concentração dos vencimentos no longo prazo, o que evidencia a administração conservadora e prudencial do fluxo financeiro do Banco.

Em maio de 2022, o Banco captou recursos no exterior, da ordem de R\$ 1,0 bilhão, junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI). Referida captação não possui amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação, contratado para maio de 2025. O pagamento dos juros é semestral.

Saliente-se que o Banco do Nordeste realiza os repasses e empréstimos, no mínimo, com base nos encargos e prazos dos passivos, mantendo a exigência da prestação de garantias reais e fidejussórias, além de avais e fianças para assegurar o equilíbrio do fluxo de caixa e o ressarcimento do crédito.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Atualmente não existem outras relações significativas de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os instrumentos de Capital citados neste item 2.1.f são considerados Dívidas Subordinadas. Os demais recursos de terceiros, compostos no quadro acima, são classificados como exigíveis, no mesmo grau de subordinação.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição

de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., na qualidade de sociedade de economia mista federal, criado pela Lei Federal Nº 1.649, de 19.07.1952, tem como controlador acionário a União Federal, estando essa condição de acionista controlador preservada, consoante disposto no artigo 7º do Estatuto Social. Por se tratar de entidade da Administração Pública Federal Indireta, o Banco está sujeito aos ditames da Lei Nº 8.666, de 21.06.1993, e alterações posteriores, no que tange à alienação de ativos, e do Decreto Nº 93.872, de 23.12.1986, no que toca à emissão de valores mobiliários.

2.1.g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os recursos dos financiamentos contratados são utilizados conforme disposto nos respectivos instrumentos contratuais.

2.1.h. Alterações significativas em itens das Demonstrações de Resultado e de Fluxo de Caixa

QUADRO 07 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	31.12.2022	31.12.2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.222.580	5.004.147
Operações de Crédito	3.036.631	2.693.195
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.192.986	2.174.162
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-101.447	25.982
Resultado de Operações de Câmbio	72.476	92.302
Resultado das Aplicações Compulsórias	21.934	18.506
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-5.074.401	-2.094.484
Operações de Captação no Mercado	-1.561.135	-656.273
Operações de Empréstimos e Repasses	-422.421	-336.848
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	-2.494.891	-843.424
Provisão para Risco de Crédito	-595.954	-257.939
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.148.179	2.909.663
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	6.602.314	5.211.624
Receitas de Prestação de Serviços	2.895.292	2.642.384
Rendas de Tarifas Bancárias	129.355	124.106
FNE-Del credere	2.696.317	2.281.945
Outras Receitas Operacionais	881.350	163.189
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-6.467.732	-5.307.085
Despesas de Pessoal	-2.518.234	-2.290.498
Outras Despesas Administrativas	-1.904.119	-1.539.856
Despesas Tributárias	-493.636	-419.486
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	-580.743	-545.575
Provisão para Contingências Passivas	-374.854	-160.948
Outras Despesas Operacionais	-596.146	-350.722
RESULTADO OPERACIONAL	3.282.761	2.814.202
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	14.395	18.593
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	3.297.156	2.832.795

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-1.160.178	-1.116.221
Provisão para Imposto de Renda	-788.755	-646.250
Provisão para Contribuição Social	-671.160	-605.636
Ativo Fiscal Diferido	299.737	135.665
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	-121.647	-98.081
LUCRO LÍQUIDO	2.015.331	1.618.493

Em R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - Análise 2022 em relação a 2021

O lucro líquido do exercício de 2022 importou em **R\$ 2.015,3 milhões**, montante 24,5% superior ao apresentado em 2021 (R\$ 1.618,5 milhões). O lucro líquido por ação que em 31/12/2021, importava em R\$ 18,74, passou, em 31/12/2022, para **R\$ 23,33**.

A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido, calculada sobre o saldo apresentado em 2022, foi de **22,4% a.a.** (21,6% a.a. em 2021). Quando calculada sobre o Patrimônio Líquido Médio apresentado no final de 2022, a rentabilidade passa para **24,4% a.a.** (23,7% a.a. em 2021). A Eficiência Operacional do Banco no exercício de 2022 foi de **51,8**, contra 53,1% apresentada em 2021.

Destaca-se, no período, a elevação de receitas de operações de crédito, inclusive receitas de Del Credere decorrentes das coobrigações mantidas com o FNE; a recuperação de operações de crédito do FNE, anteriormente baixadas do ativo, em face dos benefícios de liquidação e de renegociação de dívidas com rebates, advindos da Lei 14.166/2021; os ganhos de aplicações sobre recursos oriundos de Depósitos à Vista (recursos originados da descontinuação da Poupança Corrente); além da elevação da receita com Taxa de Administração do FNE por conta do crescimento da carteira de crédito do Fundo, apesar da redução da taxa, de 2,1% a.a. em 2021 para 1,8% a.a. em 2022, conforme disposições da Lei 13.682/2018.

Em contrapartida, houve elevação de despesas com provisionamento de operações da Carteira de crédito do Crediamigo; Aumento de Despesas Administrativas, todavia, com reflexos na melhoria da Eficiência Operacional que passou de 53,1% em 2021, para 51,8% em 2022; e incremento das despesas de contingências jurídicas.

Receitas de Intermediação Financeira

As Receitas de Intermediação Financeira ficaram 64,3% acima daquelas obtidas em 31/12/2021, alcançando a cifra de **R\$ 8.222,6 milhões**, originadas dos seguintes itens:

Operações de Crédito

*O volume de receitas de operações de crédito, no exercício de 2022, foi **12,8%** superior ao apresentado em 2021. Contribuíram, decisivamente, para esse acréscimo as seguintes ocorrências:*

a) As Rendas de Empréstimos apresentaram acréscimo da ordem de 10,4% (R\$ 2.008,3 milhões em 2022, contra R\$ 1.819,6 milhões em 2021). Esse acréscimo decorreu, principalmente, do aumento da taxa de juros e da carteira de crédito, pela contratação e liberação de novos empréstimos, notadamente nas operações de Capital de Giro e de CDC; as rendas de operações do Crediamigo, de Composição de Dívidas e de Contas Garantidas (Cheque Conterrâneo, Cheque Empresa Conterrâneo e Conta Empresarial Conterrâneo) também apresentaram acréscimo em função, principalmente, da elevação das taxas de juros praticadas em 2022, na comparação

com o período anterior, não obstante redução verificada nas respectivas carteiras de crédito;

b) As Receitas de “Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo” também apresentaram acréscimo, em torno de 124,2% (R\$ 295,7 milhões em 2022, contra R\$ 131,9 milhões em 2021). Esse acréscimo é explicado, principalmente, pelo maior volume de recuperação de operações em prejuízo no ano de 2022, com destaque para as operações liquidadas e/ou renegociadas com base na Lei 14.166/21;

c) As “Rendas de Financ. de Infraestrutura e Desenvolvimento”, da mesma forma, também apresentaram um acréscimo, da ordem 20,4% (R\$ 226,9 milhões em 2022, contra R\$ 188,4 milhões em 2021). Esse acréscimo decorreu, principalmente, do aumento da carteira de crédito em função da liberação de novos financiamentos, notadamente nas operações de Repasse-Lei 7.827-At .9-A; por outro lado, houve uma redução nas rendas de operações com recursos do BID e de Recursos do FDNE-REPASSE, em função da redução das respectivas carteiras;

d) As Rendas de Financiamentos, de igual modo, também apresentaram um acréscimo em torno de 5,20% (R\$ 270,3 milhões em 2022, contra R\$ 256,9 milhões em 2021), em função, basicamente, do incremento da carteira de crédito, pela contratação de novos financiamentos, com destaque nas operações de Capital de Giro Insumos e nas operações de Repasse-Lei 7.827-At .9-A; por outro lado, houve uma redução nas rendas de operações do Bndes;

e) As Rendas de Operações de Financiamentos em Moeda Estrangeira também apresentaram um aumento da ordem de 158,7% (R\$ 3,3 milhões em 2022, contra R\$ 1,3 milhão em 2021). Esse acréscimo decorreu, basicamente, do incremento da carteira pela contratação de novas operações, não obstante o comportamento da variação cambial nos dois períodos analisados (-6,50% em 2022, contra 6,87% em 2021).

f) As Rendas de Financiamentos Rurais e de Financ. Agroindustriais, por sua vez, apresentaram um decréscimo da ordem de 21,6% (R\$ 230,7 milhões em 2022, contra R\$ 294,4 milhões em 2021). Esse decréscimo é explicado, principalmente, em função da redução carteira de crédito, notadamente pela liquidação de operações renegociadas pela Res. nº 2.471; a redução foi influenciada, ainda, pelo comportamento do IGPM, moeda que indexa essas mesmas operações e que apresentou uma variação de 5,46% em 2022, contra uma variação de 17,30% em 2021;

Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Em 2022 representou R\$ 5.193,0 milhões, correspondendo a um acréscimo de R\$ 3.018,8 milhões (138,8%), quando comparado ao exercício de 2021. Tal elevação decorreu, principalmente, do aumento das receitas oriundas dos estoques de LFT, LF e de operações compromissadas. Os principais indexadores desses títulos/operações variaram positivamente: as taxas SELIC e CDI no exercício de 2022 variaram 12,4% contra 4,4% em 2021.

Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 2022, o resultado negativo de R\$ 101,4 mi das operações de swap foi decorrente da desvalorização cambial observada no período (-6,50%). Em novembro/2022, ocorreu o pagamento do primeiro cupom de juros de um contrato de swap, resultando em um diferencial a pagar de R\$ 52,0 milhões. Em 2021 havia apresentado um resultado positivo decorrente da valorização cambial acumulada de 7,39%.

Resultado de Operações de Câmbio

Em 2022 o resultado de operações de câmbio totalizou o montante de R\$ 72,5 milhões, o que representou um decréscimo de 21,5% em relação ao resultado alcançado no ano anterior (R\$ 92,3 milhões). A redução observada foi influenciada, principalmente, pela ocorrência de menor volume de receita e valorização cambial menor em 2022, quando comparada ao ano anterior

Resultado das Aplicações Compulsórias

No que concerne à variação positiva de R\$ 3,4 milhões observada, parte dessa variação ocorreu no item de rendas de créditos vinculados ao Banco Central. Quando comparado ao exercício anterior, observa-se variação de 12,1% (acréscimo de 1,66 milhão) decorrente principalmente do aumento da taxa básica Selic no período, 4,4% a.a. de janeiro a dezembro/21 para uma taxa de 12,4% a.a. de janeiro a dezembro/22, impactando diretamente a remuneração do compulsório sobre Depósitos de Poupança, cuja remuneração está atrelada a taxa Selic (70% da taxa Selic) para os novos depósitos de Poupança quando a taxa selic estiver menor que 8,5% a.a. ou 6% a.a. + TR quando a taxa selic for maior que 8,5% a.a.

Além disso, houve aumento de Rendas de Créditos Vinculados ao SFH em R\$ 1,8 milhão, em virtude da atualização mensal por juros contratuais dos saldos residuais que compõem a carteira de Financiamento Imobiliário e correção monetária pela TR que voltou a apresentar variação a partir de dezembro/2021.

Despesas de Intermediação Financeira

Em relação às **Despesas da Intermediação Financeira**, houve variação de 142,3% (R\$ 2.979,8 milhões), ficando a maior que no exercício de 2021 (**R\$ 5.074,3 milhões em dezembro/2022**, contra R\$ **2.094,5 milhões em dezembro/2021**). Sua composição é detalhada a seguir:

Operações de Captação no Mercado

As despesas com captação no mercado totalizaram R\$ 1,56 bilhão em 2022, com um acréscimo de 137,9% (R\$ 904,8 milhões) em comparação ao ano anterior. O aumento das despesas com captação deve-se, essencialmente, à elevação da taxa Selic, referência para o custo das operações no mercado.

Operações de Empréstimos e Repasses

No comparativo, houve elevação de 147,2% (R\$ 1.736,9 milhões) nas despesas com Operações de Empréstimos e Repasses, cujo volume total, ao final do exercício de 2022, alcançou R\$ 2,92 bilhões (R\$ 1,18 bilhão em dezembro/2021). Suas principais variações são detalhadas a seguir:

- i. Aumento das despesas de Obrigações por Fundos de Financiamento e de Desenvolvimento, no valor de R\$ 1.651,5 milhões, em sua maior parte representado pela remuneração das disponibilidades do FNE.
- ii. Aumento das despesas de Repasses do Exterior (BID/Prodetur II e BEI), no montante de R\$ 143,8 milhões, em função, principalmente, do aumento do passivo em dólar proveniente da captação junto ao BEI, no valor de USD 210,8 milhões, com o consequente efeito da variação cambial do dólar norte-americano e da provisão de juros no período.
- iii. Redução das despesas de Obrigações por Repasses - Moeda Nacional, no montante de R\$ 42,0 milhões, em função, principalmente, do efeito de índices negativos do IGPM e IPCA no período, indexadores que compõem o custo dos contratos de financiamento do BNDES atrelados à TLP e à carteira securitizada pela Resolução Bacen 2.471/98.

iv. *Redução das despesas de Obrigações com Banqueiro no Exterior - Em 2022 as despesas relativas às Obrigações com Banqueiro no Exterior totalizou o montante de R\$ 55,7 milhões, o que representou decréscimo de 22,8% em relação ao resultado alcançado no ano anterior (R\$ 71,3 milhões). A redução observada foi influenciada, principalmente, pela ocorrência de menor volume de captações junto aos banqueiros externos destinadas às operações de ACC.*

Provisões para Risco de Crédito

Comparando-se as despesas de provisões para créditos de liquidação duvidosa, houve um acréscimo de 131,0% em 2022 em relação ao ano de 2021, registrando um total de R\$ 596,0 milhões (R\$ 257,9 milhões em 2021). Salienta-se que o BNB constituiu provisão de crédito adicional através de constituição de PCLD em função da elevação do estoque de operações classificadas como ativo problemático, a fim de mitigar riscos provenientes de possíveis perdas e em observância às disposições da Resolução 4.557 no valor de R\$ 235,2 milhões, reconhecidos na posição junho/2022. O provisionamento adicional foi estabelecido como ação mitigadora ao cenário econômico. Destaca-se que em 2021 houve reversão de provisão prudencial constituída no ano de 2020, bem como reconhecimento de provisões extraordinárias, de forma que totalizou uma redução de R\$ 78,6 milhões nas provisões referentes ao ano de 2021.

Outras Receitas Operacionais

As **Outras Receitas Operacionais** somaram **R\$ 6.602,3 milhões**, representando acréscimo de 26,7% em relação a dezembro de 2021 quando totalizaram R\$ 5.211,6 milhões, explicada pelas principais variações dos itens relacionados abaixo.

Receitas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços foram de 9,6% superiores àquelas obtidas no exercício de 2021 (**R\$ 2.895,3 milhões** em 2022, ante R\$ 2.642,4 milhões em 2021). Os principais componentes deste item são detalhados a seguir:

- a) **Taxa de Administração do FNE** – As rendas de taxa de administração apresentaram elevação de 14,0% (R\$ 1.562,9 milhões em 2022, contra R\$ 1.369,7 milhões no ano de 2021), não obstante a redução da base de aplicação, passando de 2,1% a.a. para 1,8% a.a., estabelecida em diplomas legais. A elevação do montante registrado decorreu do crescimento do saldo das operações com risco para o Banco em razão dos desembolsos de recursos e dos encargos financeiros sobre os créditos.
- b) **Remuneração ao BNB sobre Disponibilidades do FNE** – A remuneração recebida pelo Banco apurada sobre as disponibilidades do FNE tiveram decréscimo de 37,7% (R\$ 19,0 milhões acumulados no ano de 2022, contra R\$ 30,5 milhões em 2021). O decréscimo se deu em face da Medida Provisória nº 1.052/2021, corroborada pela Lei nº 14.227/2021, que alterou a taxa de remuneração do Banco sobre esses recursos de 0,35%a.a. para 0,09% a.a.
- c) **Remuneração PRONAF-FNE** – As rendas percebidas pelo Banco para implementação de políticas públicas, no âmbito do Pronaf, tiveram incremento de 10,6% (R\$ 550,1 milhões acumulados no ano de 2022, contra R\$ 497,2 milhões

em 2021). O crescimento deveu-se, basicamente, à elevação nos saldos, nos desembolsos e nos reembolsos e encargos financeiros do PRONAF com recursos do FNE.

- d) Taxa de Administração do Finor** – O Patrimônio Líquido do FINOR teve variação positiva de 47,9%, ao final de 2022, decorrente, principalmente, do cancelamento das reservas para aplicação de recursos com base no artigo 9º, da Lei nº 8.167/91, autorizado pelo então Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), e da remuneração incidente sobre os recursos do Fundo depositados no Banco e ainda em disponibilidade para liberação pelo órgão Gestor do FINOR, o que impactou a taxa de administração, que apresentou acréscimo de 27,7% (R\$ 29,5 milhões em 2022, contra R\$ 23,1 milhões em 2021).
- e) Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos Financeiros** – Em 2022 houve um incremento de 25,4% nas receitas com taxa de administração de fundos de investimento na comparação com 2021, passando de R\$ 62,3 milhões para R\$ 78,2 milhões, em consequência do crescimento no período de 33,5% no patrimônio líquido dos fundos de investimento geridos pelo Banco do Nordeste (R\$ 8,98 bilhões em 2022 ante R\$ 6,72 bilhões em 2021). Contribuíram para esse resultado as ações realizadas para promover a distribuição de cotas de fundos, com ênfase nas atividades de prospecção e nos processos de gestão, que impulsionaram a performance e a atratividade dos produtos de investimento geridos.
- f) Rendas de Outros Serviços** – Nas receitas de Outros Serviços, cerca de 87,0% (R\$ 548,3 milhões) do volume auferido nessa rubrica (R\$ 632,0 milhões) resultam das tarifas cobradas sobre as contratações de operações de crédito em 2022. No exercício de 2021 somaram R\$ 546,3 milhões, representando, por sua vez, 87% dessas Rendas (R\$ 627,8 milhões). A contratação de operações impacta diretamente no volume dessas Receitas, e
- g) Rendas de Cobrança** – A involução de R\$ 7,1 milhões (R\$ 27,7 milhões/R\$ 20,6 milhões) observada em 2022 nas tarifas decorrentes da Cobrança Bancária decorre principalmente da redução verificada na quantidade de transações associadas à Cobrança Simples (entrada, baixa, liquidação de títulos, dentre outras). Mencione-se que a ascensão do consumidor digital frente às novas tecnologias disruptivas e o surgimento de concorrentes, como fintechs e bancos digitais podem vir a ser considerados como possíveis fatores para a perda de mercado e redução da venda desse serviço.

Rendas de Tarifas Bancárias

Houve incremento de R\$ 5,3 milhões no item Rendas de Tarifas Bancárias, uma variação de 4,3% com relação ao volume auferido em 2021: R\$ 124,1 milhões. Sobre o resultado, destacam-se as seguintes variações:

Rendas de Tarifas Bancárias Pessoa Jurídica: houve aumento de R\$ 5,9 milhões em 2022 com relação a 2021 (R\$88,2 milhões / R\$82,3 milhões) decorrente das Receitas obtidas sobre os serviços prestados aos clientes do segmento pessoa jurídica, em especial com as tarifas cobradas sobre a adesão ao Pacote, as quais passaram de R\$70,1 milhões em 2021 para R\$ 77,5 milhões em 2022. As rendas decorrentes da adesão ao Plano de Serviços representam, por sua vez, cerca de 88% do total auferido na rubrica.

Rendas de Serviços Prestados à Pessoa Física: essas Receitas se mantiveram praticamente inalteradas: R\$41,0 milhões em 2022, frente a R\$41,7 em 2021. Destaque-se o incremento em torno de R\$3,8 milhões observado nas tarifas cobradas à título de Avaliação/Reavaliação e Substituição de Bens Recebidos em Garantia, que passaram de R\$13,0 milhões em 2021 para R\$16,8 milhões em 2022. Não obstante o incremento destacado, reduções foram observadas, em especial nas tarifas sobre emissão de ted e doc, as quais passaram de R\$9,7 milhões em 2021 para R\$5,8 milhões em 2022. Atribui-se tal involução ao advento do PIX, serviço de transferência instantânea criado pelo Banco Central com isenção de tarifa sobre as transferências realizadas por clientes do segmento pessoa física.

Rendas Del credere (FNE e FDNE)

As rendas de del credere de fundos administrados atingiram, no exercício de 2022, R\$ 2.696,3 milhões, valor 18,2% superior ao computado em 2021 (R\$ 2.281,9 milhões). Esse crescimento ocorreu em função da elevação dos saldos das aplicações do FNE com risco para o Banco, decorrente dos desembolsos de créditos e dos encargos sobre os financiamentos.

Outras Receitas Operacionais

Nas demais rendas operacionais houve variação de R\$ 718,3 milhões (R\$ 881,5 milhões em 2022, contra R\$ 163,2 milhões em 2021). Destaca-se as receitas de Recuperação de Valores Honorários, acréscimo de R\$ 350,4 milhões (R\$ 421,9 milhões em 2022, contra R\$ 71,5 milhões em 2021); e de Variação Cambial Negativa que finalizou o exercício de 2022 com acréscimo de R\$ 185,7 milhões em relação a 2021.

Outras Despesas Operacionais

*Em relação às **Outras Despesas Operacionais**, estas apresentaram aumento de 21,9%, alcançando **R\$ 6.467,7 milhões** no período (R\$ 5.307,1 milhões em 31/12/2021), cuja variação tem como principais motivos os itens a seguir.*

Despesas de Pessoal

*O volume de Despesas de Pessoal foi de **R\$ 2.518,2 milhões** em 31.12.2022, o que representa um aumento de 5,3% em relação ao mesmo período do ano passado (R\$ 2.290,5 milhões), explicado por:*

a) Proventos, encargos e benefícios – *Essas despesas totalizaram **R\$ 2.164,2 milhões** no exercício de 2022 (R\$ 1.874,0 milhões em 2021), apresentando acréscimo de 15,5%, considerando disposições do Acordo Coletivo como os reajustes salariais, além de adicional de férias e décimo terceiro salário; e*

b) Benefícios Pós-Emprego – *Verifica-se uma redução de 15,0% no exercício de 2022, comparado com o mesmo período de 2021, correspondendo a R\$ 62,5 milhões, tendo em vista os seguintes fatores:*

I. acréscimo de R\$ 11,7 milhões nas despesas do plano CV I, referentes às contribuições da parte CD (contribuição definida) do plano, por conta do aumento do valor da base de cálculo das contribuições, decorrentes de reajustes salariais;

II. efeito líquido de redução nas despesas referentes ao custo do serviço e aos juros líquidos, decorrente da redução no valor da obrigação em Dez/2021, base de cálculo para as despesas de custo do serviço e juros líquidos contabilizados

no ano corrente, juntamente com o impacto, no exercício de 2021, do acréscimo das despesas do plano Natural, referente a ajuste, em jan/21, de contabilização efetuada a menor em dez/2020 (menor em Resultado e maior em PL, cerca de R\$ 33 milhões), totalizando R\$ 73,3 milhões. A redução da obrigação em dez/2021 foi justificada, principalmente, pelos ganhos financeiros decorrentes de acréscimos nas taxas de desconto atuarial; e

III. decréscimo de R\$ 0,9 milhão nas despesas administrativas do plano BD, decorrente da redução do percentual de despesas administrativa de 7% para 5,80%.

Outras Despesas Administrativas

Totalizaram, em 2022, **R\$ 1.904,1 milhões**, registrando aumento de 23,7% (R\$ 364,2 milhões) em relação aos R\$ 1.539,9 milhões apurados no exercício de 2021.

Os principais acréscimos foram os seguintes: R\$ 297,3 milhões relativos à operacionalização do Crediamigo e Microcrédito Rural; R\$ 45,6 milhões referente ao Processamento de Dados; e R\$ 18,5 milhões referente aos Emolumentos Judiciais e Cartorários.

Despesas Tributárias (PASEP/COFINS e ISS)

Na posição de 31.12.2022 totalizaram **R\$ 493,6 milhões** (R\$ 419,3 milhões em 31.12.2021), indicando um aumento de **R\$ 74,1 milhões** (17,7%) nestas despesas no exercício. A movimentação das despesas tributárias tributos está demonstrada a seguir:

- a) **Despesas com Cofins e Pasep:** tributo sobre a receita bruta, com exclusões de despesas/receitas definidas na legislação, totalizando aumento de R\$ 73,0 milhões.
- b) **Tributos Federais:** IOF e CIDE relativo ao câmbio e taxas funapol e anatel, com redução no total de R\$ 240,0 mil;
- c) **Tributos Estaduais:** tributos estaduais (IPVA e ICMS) com aumento de R\$ 1,2 mil;
- d) **Tributos Municipais** IPTU e alvará de funcionamento, aumento de R\$ 527 mil;
- e) **Despesas de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN):** tributo sobre a receita de prestação de serviços no total de aumento de R\$ 811,1 mil;

Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Com destaque para o risco com operações de crédito do FNE, incluindo FDNE, houve uma elevação de 5,8% nessas despesas em 2022, em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 584,7 milhões (R\$ 552,8 milhões em 2021). Houve um movimento de reversão de provisões por conta dos efeitos de liquidações e renegociações provenientes da Lei 14.166/21 (R\$ 148,9 milhões), em contrapartida ao aumento da despesa decorrente do crescimento do saldo das operações com risco para o Banco.

Provisão para Contingências Passivas

A despesa de provisão para contingências passivas apresentou aumento, registrando R\$ 375,0 milhões ao final de 2022 (R\$ 160,9 milhões em 31/12/2021), uma variação 133,1%.

Dentre as despesas, destacam-se as movimentações das contingências jurídicas:

- i. Causas Fiscais – Do total registrado na rubrica, destaca-se que a soma das constituições de provisão deduzidos os valores de reversões de provisão ocorridas no ano de 2021, resultou no saldo de R\$ 4,5 milhões e, no ano de 2022, o saldo foi de R\$ 8,7 milhões. A variação entre os saldos dos anos de 2021 e 2022 representa um aumento nas despesas relacionadas ao grupo fiscal de aproximadamente R\$ 4,2 milhões*
- ii. Causas Trabalhistas – Do total registrado na rubrica, destaca-se que a soma das constituições de provisão deduzidos os valores de reversões de provisão ocorridas no ano de 2021, resultou no saldo de R\$ 53,6 milhões, e no ano de 2022, o saldo foi de R\$ 119,8 milhões. A variação representa um acréscimo nas despesas relacionadas ao grupo trabalhista de aproximadamente R\$ 66,1 milhões. O aumento de despesa de provisão observada foi consequência da quantidade de casos relevantes de constituição de provisão ocorrida para o período de 2022.*
- iii. Causas Cíveis – Do total registrado na rubrica, destaca-se que a soma das constituições de provisão deduzidos os valores de reversões de provisão ocorridas no ano de 2021, resultou no saldo de R\$ 98,6 milhões e, no ano de 2022, o saldo foi de R\$ 240,2 milhões. A variação representa um aumento nas despesas relacionadas ao grupo cível de aproximadamente R\$ 141,5 milhões.*

Outras Despesas Operacionais

*As demais despesas operacionais saíram de R\$ 350,7 milhões em 31/12/2021, para **R\$ 596,1 milhões** em 31/12/2022, representando um acréscimo de R\$ 245,4 milhões (70,0%). Esta variação foi justificada, principalmente, pelos seguintes itens:*

a) Remuneração do Instrumento de Dívida Elegível ao Capital Principal (IECP) – a despesa de juros remuneratórios sobre o IECP representou, em 2022, R\$ 74,7 milhões, decorrente da aplicação do índice de rentabilidade apurado no ano 22,4% sobre o saldo remanescente de IECP após a recompra efetuada (R\$ 333.3 Milhões). Em 2021, essa despesa foi no montante de R\$ 108,2 milhões, dado o índice de rentabilidade de 21,6%, então apurado sobre um saldo de R\$ 500 milhões.

b) Dívida Subordinada Elegível a Capital – Repasse do FNE (Art. 9º-A da Lei nº 7.827) – as despesas totalizaram R\$ 257,7 milhões em 2022 (R\$ 181,9 milhões no ano anterior), apresentando elevação de 41,7% (R\$ 75,8 milhões) na comparação entre os períodos, em virtude da elevação da taxa extramercado aplicada sobre os recursos disponíveis e do saldo do passivo representado pelos recursos aplicados em operações de crédito.

Despesas com Provisão para IRPJ e CSLL

*As despesas de provisão na posição de 31.12.2022 totalizaram o valor de **R\$ 1.418,4 milhões** (R\$ 1.251,9 milhões em 31.12.2021), indicando um aumento de R\$ 166,5 milhões (13,3%). Estas despesas são compostas por Despesas Correntes + Despesas Diferidas (Passivo Fiscal Diferido).*

Ativo Fiscal Diferido – IRPJ e CSLL

*O Ativo Fiscal Diferido, na posição de 31.12.2022, totalizou uma constituição de crédito (Receita) no valor de **R\$ 299,7 milhões**. O valor é credor quando se tem mais constituição (receita) do que realização (despesa).*

2.2.a. Resultados das operações, em especial:

- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita
- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os componentes de receita e fatores importantes que afetaram materialmente os resultados operacionais são os comentados para o item 2.1.h.

2.2.b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os componentes de variações relevantes que afetam a apuração de resultados do Banco, estão descritos em resposta ao item 2.1.h.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	Em R\$ mil	
	31.12.2022	31.12.2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Antes dos Tributos e Participações	3.297.156	2.832.795
Ajustes ao Lucro Antes dos Tributos e Participações		
Despesas de Depreciação e Amortização	17.095	14.103
Provisão líquida para Desvalorização de Outros Valores e Bens	-	-25
Provisão líquida para Risco de Crédito sobre Operações de Crédito do Banco	539.726	264.006
Provisão/Reversão líquida para Risco de Crédito sobre Operações de Outros Créditos do Banco	56.228	-6.067
Provisão líquida sobre Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FNE)	580.693	546.659
Provisão líquida sobre Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FDNE)	50	-1.084
Provisão líquida para Contingências	128.940	58.316
Provisão líquida para Outras Contingências	245.028	102.432
Passivos Atuariais (Benefícios pós-emprego)	352.265	415.334
Provisão sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	74.674	108.202
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	43.977	14.354
Reversão Líquida para Perdas em Créditos Vinculados-SFH	-166	-106
Atualização sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	-3.597	-639
Provisão para encargos sobre emissão de Letras Financeiras	111.403	40.128
Atualização Monetária sobre Depósitos Recursais	34.060	14.398
Atualização Monetária de Dividendos e JCP	-3.148	1.347
Reserva de Reavaliação	-	830
Lucro Líquido Ajustado	5.474.384	4.404.983
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-1.944.658	443.845
Relações Interfinanceiras e Interdependências	-39.833	153.594
Operações de Crédito	1.497.881	-3.008.217
Outros Créditos	754.668	897.405
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-175.703	94.517
Outros Ativos	-251.586	-86.349
Ativos Fiscais Diferidos	16.876	363.872
Outros Valores e Bens	3.787	-39.242

Depósitos	2.081.765	-1.530.046
Captações no Mercado Aberto	202.114	-6.504.124
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	5.105	5.516
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-11.881	-174.458
Instrumentos Financeiros Derivativos	27.840	-16.632
Outras Obrigações	-1.736.481	-1.272.545
Provisões	-65.158	-507.887
Rendas Antecipadas	-10.000	-10.000
Outros Instrumentos Financeiros	-1.455.001	5.614.907
Obrigações Fiscais Diferidas	-45.985	-288.750
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-1.376.435	-912.366
CAIXA GERADO/UTILIZADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.951.699	-2.371.977
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Inversões em Investimentos	-70	-
Inversões em Imobilizado de Uso	-41.700	-44.800
Inversões em Intangível	-469	-1.532
Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-1.460	-1.637
Alienação de Investimentos	70	150
Alienação (Baixa) de Imobilizado de Uso	1.897	3.532
Alienação em Bens Não de Uso Próprio	1.879	-
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	-2.579.204	3.071.924
CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.619.057	3.027.637
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dívida Subordinada Elegível a Capital	257.705	181.893
Pagamento de Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio	-371.197	-403.957
Pagamento de Dividendos sob a forma de Dividendos	-9.466	-7.543
Pagamento de Juros sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	-111.799	-83.207
Amortização de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	-166.666	-
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-401.423	-312.814
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	-68.781	342.846
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No Início do Período	3.689.039	3.346.193
No Fim do Período	3.620.258	3.689.039
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	-68.781	342.846

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Análise 2022 em relação a 2021

Segue análise das variações dos principais itens patrimoniais, considerando que as variações que afetam o resultado estão analisadas no item imediatamente anterior, referente à Demonstração do Resultado:

Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários corresponde a **R\$ 37,7 bilhões**, na posição 31/12/2022, apresentando um aumento de R\$ 2,4 bilhões (6,8%) em relação a 31/12/2021, quando totalizava R\$ 35,3 bilhões, decorrente basicamente da elevação do volume e do

preço de mercado de alguns papéis. No período analisado, foram adquiridos R\$ 9,3 bilhões de LFT.

Operações de Crédito

As principais variações na carteira de crédito, comparando-se as posições 31/12/22 e 31/12/21, foram: **incremento de R\$ 576,6 milhões (34,7%)** nas operações com recursos do FNE-Repasse Lei 7.827 Art. 9º-A, em contrapartida à redução das operações do **Crediamigo**; **redução de R\$ 1.617,0 milhões (-23,9%)**. A redução foi motivada pela contenção do crédito, observado o aumento do risco da carteira no período, resultado, ainda, dos impactos negativos da Pandemia da Covid-19.

Ademais, houve redução das aplicações com recursos da Poupança BNB e BNDES e FINAME, -39,9% e -29,1%, respectivamente. Em relação aos recursos da Poupança, com o aumento da SELIC em 2022, a contratação de operações com esses recursos passou a não ser mais tão atrativa ao cliente, dada a elevação das taxas, reduzindo, por consequência, as aplicações. Já em relação aos recursos do BNDES, destaca-se o vencimento contratual de operações com base na Resolução 2471/98, com vencimento e resgate dos títulos.

Depósitos

Nos depósitos à vista verificou-se uma redução da ordem de 8,3% em relação a dezembro/2021, equivalente a R\$ 247,6 milhões. O cenário político e econômico no decorrer do ano de 2022, interferiu sobremaneira na redução apresentada, pois a instabilidade com alta do dólar, altas taxas de desemprego, altos índices de endividamento, além da própria pandemia foram fatores que limitaram a condição das pessoas para investimentos em suas contas bancárias e/ou aplicações. Este cenário também impactou a captação de recursos da Poupança, evidenciando uma redução de 0,3%, equivalente a R\$ 2.7 milhões.

As Captações a Prazo totalizaram R\$ 10,2 bilhões na posição dezembro/2022, o que representou aumento do saldo se comparado a dezembro/2021, com incremento de R\$ 2,9 bilhões (39,7%).

Ao final de 2022, as captações em Depósitos Interfinanceiros totalizaram R\$ 1,55 bilhões. Se comparado a dezembro/2021, observa-se redução de 25,1% (R\$ 519,7 milhões) no volume global, decorrente de redução nos lotes captados com os parceiros existentes. A representatividade na carteira é de Depósitos Interfinanceiros do Microcrédito (DIM), que correspondem a 100% do volume captado.

Captações no Mercado Aberto

Correspondem às captações realizadas na modalidade de Operações Compromissadas de Venda com Recompra, inclusive com os Fundos de Investimentos geridos pelo Banco, nas quais são utilizados títulos públicos como lastro das operações. Na posição de dezembro/2022, as compromissadas passivas totalizaram R\$ 2,43 bilhões, apresentando um aumento de 9,1% (R\$ 0,2 bilhões) em relação ao saldo de dezembro/2021, adequado à necessidade dessas operações como mecanismo de ajuste de liquidez do caixa do Banco.

Obrigações por Empréstimos (no Exterior)

Os valores registrados nessa rubrica refletem o saldo existente de captação de recursos externos destinadas para aplicação nas operações de financiamento ao comércio exterior para os segmentos de exportação e importação. Na comparação dos saldos no final de exercício dos anos de 2022 e 2021, observa-se a redução de R\$ 140,8 milhões no volume em ser, o que correspondeu a uma variação negativa de 29,0%. Essa redução decorreu de menor demanda por operações de ACC, diminuindo, por conseguinte, o volume das captações em moedas estrangeiras para atender esse segmento.

Obrigações por Repasses - Moeda Nacional – BNDES e FINAME

Os recursos captados junto ao BNDES, FINAME e FUNGETUR, para efeito de contratação de operações de crédito por repasse, apresentaram diminuição de 39,8% (R\$ 575,0 milhões), cujo saldo total ao final de 2022 foi de R\$ 871,4 milhões. A redução foi decorrente do resultado dos seguintes fatos: (i) pagamentos efetuados ao BNDES/FINAME durante o ano de 2022, no montante de R\$ 460,2 milhões (já incluídos os encargos); (ii) pagamentos/devolução de recursos ao FUNGETUR durante o exercício de 2022, no montante de R\$ 262,6 milhões (já incluídos os encargos); e (iii) atualização monetária/capitalização de encargos, no valor de R\$ 147,8 milhões.

Obrigações por Repasses - Moeda Estrangeira

Ao final de 2022, o saldo das captações por repasses do exterior oriundas de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Europeu de Investimento (BEI) alcançou R\$ 1.428,3 milhões, variação de R\$ 703,9 milhões ou 97,2% em relação a 2021. O aumento é decorrente do resultado dos seguintes fatos: (i) captação de recursos junto ao BEI, no valor de R\$ 1.082,2 milhões; (ii) provisão de juros no período, no montante de R\$ 41,0 milhões; (iii) variação cambial negativa do dólar norte-americano no período, no valor de R\$ 37,6 milhões; (iv) reembolsos (principal e/ou juros) efetuados às fontes durante o ano de 2022, no montante de R\$ 355,5 milhões; e (v) ajuste ao valor de mercado do item objeto de hedge (captação externa junto ao BEI) - redução, no valor de R\$ 26,2 milhões.

Outras Obrigações

As obrigações do Banco para com terceiros registraram um acréscimo de **2,6%** em relação a dezembro de 2021 (R\$ 52,8 bilhões em dezembro de 2021, **R\$ 54,2 bilhões** ao final do exercício de 2022).

Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos

Na posição de 31.12.2022, totalizou o valor de **R\$ 337,7 milhões** (R\$ 383,7 milhões em 31.12.2021). A redução observada do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica-IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-CSLL, no valor de R\$ 46,0 milhões (12%), está relacionada aos seguintes eventos:

- I. Redução de R\$ 17,4 milhões relativo ao IRCS sobre Ajustes a Valor de Mercado, decorrente da diminuição do valor do ajuste a mercado positivo de alguns papéis da carteira de TVM, como NTN-B e LF (Letras Financeiras);
- II. Aumento de R\$ 1,7 milhões decorrente de acréscimo das receitas de recuperação de crédito enquadradas na Lei nº 12.715/2012, excluídas temporariamente da tributação (tributação definitiva somente quando do efetivo recebimento);
- III. Redução de R\$ 42,1 milhões de reversão do passivo fiscal diferido, em decorrência da opção do Banco em utilizar a despesa de depreciação contábil na apuração do Lucro Real, no lugar da depreciação fiscal, que vinha sendo utilizada até 2022;
- IV. Aumento de R\$ 11,8 milhões relativo ao IRPJ e CSLL sobre Ajustes a Valor de Mercado, referente à captação junto ao Banco Europeu de Investimento realizada em 2022.

Dívida Subordinada Elegível a Capital

Findo o exercício de 2022, o saldo desta rubrica apresentou elevação de 9,1%, variação de R\$ 257,7 milhões (**R\$ 3.100,6 milhões** em dezembro/2022, contra R\$ 2.842,9 milhões em dezembro/2021), decorrente do efeito da capitalização dos encargos contratuais nos saldos dos recursos disponíveis (enquanto não aplicados), que são remunerados pela taxa extramercado (divulgada pelo BACEN), e dos recursos aplicados mediante liberação aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, que são atualizados pelos encargos

pactuados nos respectivos instrumentos de crédito (TFC ou Taxa Pré 10,14% a.a.), conforme Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

Instrumentos de Dívida Elegível ao Capital Principal

Em 2022, registra-se o pagamento de amortização da ordem de R\$ 167 milhões, correspondente a 1/3 do saldo dessa dívida.

2.2.c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O Banco administra o risco cambial mantendo sua exposição cambial limitada a valores residuais, obedecendo rigorosamente ao percentual estabelecido normativamente pelo Banco Central e pela Política Corporativa de Gestão de Riscos desta Instituição.

O descasamento cambial, marcado a mercado, é apurado diariamente e apresenta os valores do quadro abaixo.

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos – RAS (3% do Patrimônio de Referência nível I).

QUADRO 11 – EXPOSIÇÕES CAMBIAIS

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no montante de R\$ 16.297 mil (R\$ 8.306 mil em 31.12.2021 – posição vendida) conforme a seguir:

Em R\$ mil					
Especificação	31.12.2022	31.12.2021	Especificação	31.12.2022	31.12.2021
Disponibilidades	7.072	2.292	Relações Interdependências	23.110	4.401
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	56.093	27.830	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	40.757	53.697
Operações de Crédito	362.261	460.224	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	1.428.310	724.354
Outros Créditos	331.720	486.738	Outras Obrigações	360.844	486.033
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	757.146	977.084	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	1.853.021	1.268.485
Operações de Swap	1.079.578	283.095			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	1.836.724	1.260.179	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	1.853.021	1.268.485

2.3.a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudança significativa de práticas contábeis no último exercício social.

2.3.b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O Relatório dos Auditores Independentes, datado de 14 de fevereiro 2023, emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. sobre a revisão das Demonstrações Financeiras de 31.12.2022 do Banco do Nordeste, não contém ressalvas, ênfases nem opiniões modificadas.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional**
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**
- c. eventos ou operações não usuais**

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. não tem previsão de introdução ou alienação de segmento operacional, constituição, aquisição ou alienação de participação societária nem cogita contratação/participação em eventos ou operações não usuais.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a. informar o valor das medições não contábeis**
- b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**
- c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. não divulgou as medições não contábeis aludidas neste item.

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não existem eventos subsequentes que alterem substancialmente as Demonstrações Financeiras do exercício de 2022.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

- a. regras sobre retenção de lucros:**

Não há

- b. regras sobre distribuição de dividendos:**

O Estatuto do Banco do Nordeste estabelece a distribuição de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma da Lei, para o pagamento de dividendos, em harmonia com a Política de Distribuição de Dividendos, aprovada pelo Conselho de Administração do Banco e divulgada.;

- c. periodicidade das distribuições de dividendos**

O Estatuto do Banco do Nordeste estabelece um dividendo obrigatório anual à base de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei 6.404/76. Prevê, ainda, que após levantado o balanço relativo ao primeiro semestre, poderá ser pago, a

título de adiantamento por conta do dividendo do exercício, e na forma da lei, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado até então apurado.

- d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais**

Não há.

- e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

o Banco do Nordeste possui Política de Distribuição de Dividendos, aprovada em 09.02.2021, pelo Conselho de Administração, em sua versão atual. Citado documento consta em site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no portal internet do Banco, cujo endereço é: <https://www.bnb.gov.br/politicas>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**
 - ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
 - iii. contratos de construção não terminada**
 - iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Todos os itens considerados relevantes foram evidenciados nas Demonstrações Financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., não havendo, portanto, itens relevantes a serem apresentados.

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Como informado no item 2.8 deste comentário, todos os itens relevantes estão evidenciados, e, como consequência, não há comentários adicionais a fazer.

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Cumpra esclarecer que os investimentos realizados pelo Banco do Nordeste estão inseridos no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA), enquadrando-se nos programas e ações detalhados a seguir:

- Programa 0781 – Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais - Ação 4106 - Manutenção da infraestrutura de atendimento

Esta ação contempla as intervenções realizadas nas unidades do Banco (prédios próprios), contemplando intervenções de reforma geral ou parcial, abrangendo os sistemas de instalações elétricas, iluminação, cabeamento estruturado, condicionamento de ar, segurança predial, instalações hidrossanitárias, acabamentos e revestimentos, coberta, áreas externas, fachadas, leiaute, mobiliário, comunicação visual e ambientação.

Foram realizadas em 2022 intervenções de pequeno, médio e grande porte em diversas Unidades do BNB, conforme se segue:

- Elaboração de projetos e execução de serviços de instalação / atualização de sistemas de proteção contra incêndio em 22 agências;
- Execução de ajustes de leiaute para criação ou ampliação dos ambientes de atendimento em 10 Unidades;
- Instalação de terminais Saque e Pague em 48 unidades.
- Execução de obras de reforma para atendimento de necessidades gerais e específicas da infraestrutura predial em 52 Unidades;
- Elaboração de projetos e instrução de processos para licitação ou contratação de obras de reforma visando o atendimento de necessidades gerais e específicas da infraestrutura predial em 22 Unidades;
- Desenvolvimento de projetos para reforma de grande porte em 11 agências, com obras a serem iniciadas em 2023;
- Realização de Chamamento Público para realocação de Unidades através de locação no modelo *built to suit*:
 - Relocalizações entregues de 3 agências:
 - Natal Prudente de Moraes (RN)
 - Itapipoca (CE)
 - Maracanaú (CE)
 - Relocalizações em execução a serem entregues em 2023:
 - Porto Franco e Unidade Agroamigo (MA)
 - Capelinha e Unidade Agroamigo (MG)
 - Sapé (PB)
 - SUPER, GERAT E CONAJ JPA (PB)

- Realização de Chamamento Público para realocação de Unidades através de locação no modelo built to suit:
 - Luis Eduardo Magalhães (BA);
 - Colatina (ES)
 - João Pessoa Centro (PB)
 - SUPER, GERAT, CONAJ THE, TERESINA JOÃO XXII E GERÊNCIA CREDIAMIGO (PI)
 - Aracaju Jardim (SE)

O Banco do Nordeste conta com 292 agências e 688 unidades de microcrédito para atender os 2.074 municípios de sua área de atuação na região Nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo, conforme tabela abaixo:

Tabela x – Pontos físicos de atendimento do Banco do Nordeste, Dez/2022

UF	Agências	Unidades e postos de microcrédito urbano e rural	Total de pontos	Municípios atendidos
Alagoas	17	32	49	102
Bahia	59	126	185	417
Ceará	45	165	210	184
Espírito Santo	5	6	11	31
Maranhão	29	70	99	217
Minas Gerais	19	41	60	249
Paraíba	20	53	73	223
Pernambuco	40	63	103	185
Piauí	20	55	75	224
Rio Grande do Norte	21	42	63	167
Sergipe	17	33	50	75
Total	292	688	978	2.074

- Programa 0807- Investimento das empresas estatais em infraestrutura de apoio – Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

Contempla as intervenções realizadas nos prédios da Direção Geral, não ocupados por agências.

Destacam-se nesse quesito a realização de diversos ajustes no leiaute da Direção Geral, localizada na cidade de Fortaleza (Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas - CAPGV) e demais unidades de suporte e apoio localizadas na área de atuação do Banco, resultantes de alterações na estrutura organizacional de vários órgãos, além de outras intervenções significativas, conforme se segue:

- 1ª Etapa da obra do Retrofit do Bloco E1 Térreo
 - 47 Adequações de espaços para implantação de novas unidades (CAPGV)
 - Reforma dos banheiros do Bloco F
 - Espaço Carybé – Área de Exposição
 - Sistema de Proteção contra Incêndio CPD (Site Primário)
 - Interligação do Site Secundário aos Blocos CAPGV (Anel Óptico)
- Programa 0807- Investimento das empresas estatais em infraestrutura de apoio – Ação 4102- Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos

Esta ação corresponde aos investimentos em móveis e equipamentos, veículos e comunicações. No âmbito da Logística, contempla a disponibilização e substituição de equipamentos tais como elevadores, plataformas elevatórias, grupos geradores, nobreaks, estabilizadores e sistemas de ar condicionado.

Nesse sentido foram adquiridos 339 equipamentos para sistemas de ar condicionado, sendo 288 do tipo Split e 51 do tipo self-contained, e adquiridos 72 equipamentos Nobreaks, visando a modernização do parque de equipamentos em utilização nas diversas unidades do Banco. Não houve aquisição de elevadores, plataformas elevatórias, grupos geradores e estabilizadores no período.

- Programa 0781 – Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais - Ação 3252 – Instalação de pontos de atendimento bancário

Corresponde à instalação de novas agências e pontos de atendimento. Não ocorreu instalação de novas agências em 2022. Para 2023 está previsto a Implantação de agências nos municípios de Aimorés, Governador Valadares, Guanhães, Inhapim e Mantena; todas no estado de Minas Gerais.

A Superintendência de TI conduziu vários projetos de sistemas aplicativos, de infraestrutura de TI e governança, visando ampliar e aprimorar o ambiente computacional que suporta o crescimento dos negócios do Banco do Nordeste e, ainda, atender a determinações legais (*compliance*). Com isto, o BNB continua a investir na sua transformação digital, tornando-se a cada ano uma empresa mais tecnologicamente moderna. A seguir, elencamos as principais entregas realizadas em 2022 pela TI, incluindo aquelas realizadas pelas Torres de Soluções de Negócios.

- **Internet e Mobile Banking:** Criação de menu para Simulação de Seguros da CAMED Corretora no internet e mobile banking; adequação das informações de compras internacionais com cartão de crédito, evidenciando-se a discriminação de cada gasto, incluindo data, identificação da moeda estrangeira e valor na referida moeda nacional; modernização de layout de tela inicial para clientes pessoa física, dando maior facilidade na utilização dos produtos; possibilidade da assinatura do Contrato de Adesão por meio do GED.
- **Crediamigo:** Implementação do desembolso automático de operações, reduzindo o trabalho das unidades; lançamento da Campanha no App Crediamigo “Quem indica, Crediamigo é”; novo mecanismo de autenticação nos aplicativos Agente e Agenda, bem como da nova esteira de crédito do Crediamigo com várias melhorias incorporadas; disponibilização de serviço de desbloqueio de senha através de ligação telefônica (URA), dando mais celeridade e comodidade aos clientes; disponibilização de funcionalidade de emissão e boletos de prestação no App para operações sem débito automático comandado; melhorias na geração de boletos de depósito no App com a inclusão de controle para evitar múltiplas submissões e geração desnecessária de boletos, permitindo, assim, uso mais racional dos recursos computacionais do Banco.
- **Agroamigo:** Disponibilização de consulta de restrições no tablet por meio do CPF do cliente, agilizando o trabalho do Agente; atualização automática do status da proposta após transmissão, disponibilizando ao Agente informações sobre o envio da documentação e evitando retrabalho; otimização do tempo de confirmação de assinatura de uma média de 5 segundos para 0,5 segundos, oferecendo melhor tempo de resposta para o usuário.

- **Crédito Comercial:** Melhoria na funcionalidade de cancelamento de Cheque quando há rejeição decorrente de pendência de encargos; disponibilização da funcionalidade de Saque Aniversário do FGTS; envio, online e batch, do contrato de adesão aceito eletronicamente para o GED.
- **Cartões:** Implantação de nova versão do app BNB Cartões, preparado para o Cartão Infinite; criação, acompanhamento e suporte na demanda para implantação de nova versão do App BNB Cartões; criação de relatório para acompanhamento de clientes que realizaram pagamento de dívidas e qual empresa realizou a cobrança; disponibilização de painéis para revisão das tarifas pagas pelo uso dos compartilhamentos e transações realizadas por período.
- **Automação Bancária:** Criação de transação de pagamento no terminal de caixa para recebimento de boletos por meio de débito em conta; integração com o sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (GED), permitindo consulta das imagens dos cartões de autógrafa digitalizados e a conferência de assinaturas pelo Caixa Executivo; unificação das transações de saque e pagamento de contas no terminal de caixa, registrando no extrato o devido histórico para maior rastreabilidade; diversas outras melhorias na aplicação de Caixa atendendo às sugestões da Rede de Agências.
- **Plataforma de Crédito Especializado:** Melhoria na funcionalidade de seleção de garantias, a fim de possibilitar identificação de garantia complementar e cadastro de documentos vinculados por tipo de garantia; implantação do módulo projetista, com novas funcionalidades que permitem a notificação e o acompanhamento das pendências nas solicitações de crédito que dependem de ação do cliente/projetista.
- **Contas Correntes:** Melhorias no Autorizador Online do S048, evitando que, em caso de atraso no processamento noturno, o saldo disponibilizado para as aplicações online seja do dia anterior; disponibilização de funcionalidade Push na autorização de compras no débito, de modo que todas as vezes que o cliente realizar uma compra, ele será avisado em seu smartphone; implementação do cancelamento automático dos cheques especiais vencidos há mais de 15 dias, dispensando a necessidade de comparecimento do cliente em sua agência e, em alguns casos, evitando sua inclusão no Sistema de Proteção ao Crédito.
- **SINC:** Atualização do sistema para operacionalização do crédito emergencial; criação de novo tipo de garantia (Nota Promissória Avalizada); automatização das informações do IOF nos contratos; automatização do Planta Nordeste com alteração de valor, imóveis e/ou itens financiados; atualização do serviço de geração de propostas FNE SOL MPE e MPPR, visando redução do tempo e mitigação de erros operacionais na instrução dessas propostas, geradas automaticamente a partir das informações inseridas na Plataforma de Crédito Especializado (PCE).
- **Nova Solução de Backup Mainframe:** Com novas melhorias de segurança, o processo de cópia e a restauração de dados tornou-se significativamente mais rápido e eficiente, inculindo novas funcionalidades, a exemplo da imutabilidade dos dados, como forma de redução de riscos de ataques cibernéticos, a exemplo de sequestro de dados do tipo ransomware.
- **Nova Solução de Monitoração do Ambiente Computacional:** Além da atualização das versões das ferramentas de monitoramento atuais e contratação de suporte, a

solução adquirida permitirá a implementação de funcionalidades de AIOps (Artificial Intelligence for IT Operations), que usa ciência de dados e aprendizagem de máquina para oferecer uma compreensão em tempo real de problemas que possam afetar o desempenho ou a disponibilidade dos sistemas.

- **Aquisição de Computadores Servidores:** A contratação tem como finalidade expandir a capacidade computacional na Infraestrutura tecnológica do Banco do Nordeste, visando adequação as novas demandas de negócio com aumento do poder de processamento de transações e garantindo a segurança e disponibilidade dos recursos computacionais.
- **Nova Contratação de Suporte Técnico Especializado:** Essa ação tem por objetivo principal realizar o suporte as Torres de Soluções de Negócio e Projetos Estratégicos do BNB, além de elevar a capacidade de atendimento e melhoria dos serviços prestados pelo Ambiente de Arquitetura e Inovação de TI, de forma que a TI do Banco do Nordeste possa atender às necessidades tempestivamente e com maior qualidade.
- **Disponibilização de Solução de Gerenciamento de APIs:** Possibilitando a integração com parceiros externos, como a Kalea e ICATU, essa ação se apresenta como evolução da disciplina de Governança de Serviços e é parte integrante da Gestão de APIs, de modo a padronizar e documentar o modelo de integração com as APIs corporativas do Banco, incorporando de forma centralizada as políticas de segurança e controle de recursos computacionais. No futuro, possibilitará a bilhetagem e a publicação de novas soluções de forma mais rápida e eficiente.
- **Implantação da Solução de Nuvem Privada:** Foi promovida a criação de ambiente virtual com capacidade de implementação de funcionalidades de gestão em nuvem privada, incluindo portal de autosserviço, orquestração e bilhetagem de serviços, elasticidade automatizada do ambiente, dentre outras. Essa otimização dos recursos computacionais permitirá ao Banco obter, em curto e médio prazo, maior eficiência para execução de determinadas aplicações.
- **Conclusão do Estudo sobre Governança de Dados e definição da Arquitetura Corporativa de Dados:** A partir de avaliação das melhores práticas de mercado documentadas no DAMABok e *benchmarks* com empresas que já implantaram suas políticas de Governança de Dados, foi promovido estudo sobre estruturação de diretrizes, ferramentas para a Gestão de Dados e sua aplicação no Banco do Nordeste, com vistas à estruturação da equipe e evolução na definição e implantação da Arquitetura Corporativa de Dados.
- **Automatização da Concessão de Acessos a Sistemas do Banco:** Com o fito de elevar a eficiência operacional dos gestores, foi realizada uma série de melhorias no processo de concessão de acessos à sistemas do Banco, notadamente quanto à automatização, de modo a otimizar o tempo dos gestores e, conseqüentemente, o número de demandas da Central do Orientação ao Cliente Interno. Figuram-se entre os sistemas contemplados, o S420 -Tarifas Web, S476 -Agroagmigo, S596 -Controle de Garantia, S632 -Controle de Seguros Obrigatórios, dentre outros.

A propósito das Torres de Soluções de Negócios, cumpre registrar que 2022 foi o ano de consolidação desse novo modelo de trabalho da TI, a partir do fortalecimento da cultura ágil no Banco do Nordeste com a estruturação e acompanhamento de 39 times ágeis nas

Torres, a promoção de 17 oportunidades de treinamentos para mais 400 colaboradores treinados e a contratação de Fábricas de Softwares Ágeis, afora a criação da nova Torre de Microfinança e Miniprodutores Rurais. Como benefícios tangíveis, esse novo marco da jornada de transformação ágil no Banco permitiu obter elevação de 9% na entrega de Pontos de Função no ano e redução de incidentes da ordem de 12%. No escopo dos benefícios intangíveis, destacam-se a percepção de aumento da satisfação das áreas de negócios, redução do time-to-market, percepção de maior qualidade das entregas e otimização e independência da gestão do backlog.

Ressalte-se, também, que a Superintendência de Tecnologia se faz presente em diversos Projetos Estratégicos da instituição, oferecendo relevantes contribuições para o sucesso em cada uma dessas frentes no decorrer de 2022, conforme relacionado a seguir:

- **Open Finance:** Disponibilização de funções do Open Finance no Mobile Banking (gestão do consentimento de dados); contratação de Solução Open Finance; criação de novas funcionalidades, incluindo dashboard de Taxas de Operações de Crédito, criação e consultas de relatórios dinâmicos, gerenciamento dos históricos de Conta Corrente e Poupança para API de Extrato; implantação de versão do Sistema Backoffice com funcionalidades de manter consentimento dados, pagamentos, histórico, poderes e permissões, relatórios dinâmicos e dashboard de quartilização; configuração de infraestrutura de comunicação entre Sensedia e Solução BNB (Core do Open Finance BNB); adequação da solução atual ao novo padrão de certificados do ecossistema; adequação da API de pagamentos ao novo catálogo do PIX; implantação da jornada de consentimento.
- **PIX:** Implementação de Mecanismo Especial de Devolução – Fluxos de Falha Operacional, Notificação de Infração e Solicitação por Fraude na visão do Pagador; automatização da recepção de arquivo de tarifa de intercâmbio do PIX Saque e PIX Troco e geração automática de TEDs para pagar outros participantes do ecossistema PIX; implementação do limite diferenciado para favoritos; melhorias de usabilidade e experiência do usuário em diversas funcionalidades; integração do Pix Saque e Pix Troco com SEDE para contabilização de tarifas; automatização da prestação de contas mensal para o Banco Central; criação de novas funcionalidades, como Pix Agendado Recorrente e serviço de consulta e validação de QR para pagamento de custas judiciais, além de diversas melhorias de segurança.
- **Meu RH:** Conclusão do Ciclo 1 da nova solução, permitindo modernização de sistemas utilizados pelo Ambiente de Gestão de Pessoas, de forma a elevar a eficiência operacional, obter maior nível de automação dos processos e das atividades daquele Ambiente e mitigação de riscos e perdas operacionais, além da otimização e inovação dos processos.
- **SCR3 – BCB:** Publicação de versão do S641, módulos de consulta ao SCR-BCB, relatórios e administração; criação de novas funcionalidades, incluindo Restrições Legais e Administrativas (RLA), Estatísticas das Consultas ao SCR-BCB e Relatórios Colaborador X Cliente.
- **SIG – Sistema Integrado de Gestão:** Realização de testes integrados e validação dos cenários de negócios para os macroprocessos de Contabilidade, Serviços de Logística e Estratégia e Suprimento de Logística; disponibilização do ambiente de produção e encerramento da fase de desenho e construção (ciclo 1).

- **Core Bancário:** Publicação de RFI/RFP e elaboração da Fundamentação e anexos técnicos do Edital de contratação de nova solução.
- **SCONF:** Tendo como escopo a modernização da plataforma de controle financeiro de operações de crédito do Banco, atualmente controladas pelo SIAC, a equipe desse Projeto Estratégico promoveu implantação em produção no SICOPE de serviços de consulta de domínios de atributos, incluindo-se Área Operacional, Finalidade, Fonte de Recursos, Forma de Crédito, dentre outros; implementação no SICOPE do serviço de importação de contratos de concessão do Agroamigo com novas críticas, serviço de confirmação de assinatura e consulta de parâmetros de cálculo de operações, novas funcionalidades no SICONF relativas à pagamento com débito em conta manual e controle de envio de pagamento para o Conta Corrente; novas funcionalidades no SICOPE envolvendo detalhamento das Garantias da Operação e novos serviços de consulta de parâmetros de débito em conta, atualização do número de referência Bacen e importação de contratos de concessão (cadastro e alteração), além da consulta de tipos de garantia; implantação da Visão 360 do Cliente (operações SIAC) no contexto do SINFOR; criação das funcionalidades de garantias da operação, tarifas, processos jurídicos, situação de cobrança e protesto e acompanhamento do cliente.

A partir das entregas promovidas pela TI e seus parceiros, foram obtidos diversos resultados positivos no ano de 2022 nas operações do Banco, dentre as quais destacamos:

- **Evolução de Transações em Canais Digitais:** 78% das transações em 2022 foram realizadas pelos canais digitais do Banco, contra 73% referente ao ano de 2021.
- **Contratações Crediamigo via Assinatura Digital:** foram realizadas 786.753 operações dessa natureza, representando um aumento de, aproximadamente, 102%, se comparado ao 2021.
- **Downloads de Apps:** a solução de mobile banking do Banco foi baixada por mais de 970 mil clientes, enquanto o app do Crediamigo por mais de 3,6 milhões de clientes.
- **PIX:** em comparação a 2021, registrou-se incremento de 86,5% de novas chaves, 136% de volume financeiro e 239% de transações utilizando a plataforma de pagamentos instantâneos.

Montante de Recursos Aplicados em TI

Em 2022, a TI despendeu em torno de R\$ 343,48 milhões, sendo R\$ 321,65 milhões referentes às despesas e R\$ 21,83 milhões referentes a investimentos. As Superintendências do Banco que efetuaram maiores valores de desembolsos em 2022 com soluções de tecnologia, considerando contratos e outras iniciativas, foram: Superintendência Tecnologia da Informação (R\$ 295,56 milhões), Superintendência de Logística e Patrimônio (R\$ 19,21 milhões), Superintendência Gest. Riscos Cont. Int. Compliance e Seg. (R\$ 13,95 milhões) e Superintendência de Empréstimos, Trans. e Serv. Bancários (R\$ 7 milhões).

Contratações Mais Relevantes de Recursos de TI

A tabela a seguir apresenta os 15 (quinze) contratos que geraram maior desembolso pela TI em 2022.

Contrato	Objeto	Fornecedor	Valores (R\$)
2018/190	Prestação de serviços de comunicação multisserviço, utilizando soluções integradas de comunicação que permitam a transferência de dados, voz e imagem entre o CAPGV, seu Site Secundário e as Unidades Distribuídas do Banco e seus Parceiros. (Item 1).	OI SA EM RECUPERACAO JUDICIAL	34.553.318,67
2021/279	Contratação de licenciamento de software para a plataforma computacional de mainframe z15.	IBM BRASIL INDÚSTRIA, MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA	30.514.540,50
2020/447	Aquisição de licenças de uso permanente de softwares Microsoft e renovação de pacote de benefícios (software assurance) de licenças já adquiridas pelo Banco do Nordeste, incluindo a atualização de versões pelo período de 36 meses.	LANLINK SOLUCOES E COMERCIALIZACA O EM INFORMA S/A	24.417.196,57
2021/167	Prestação de serviços técnicos especializados, na área de infraestrutura de tecnologia da informação, englobando processos, de forma remota e presencial.	RESOURCE AMERICANA LTDA	22.790.400,48
2021/280	Aquisição sob a modalidade de arrendamento mercantil de 4 equipamentos servidores (plataforma mainframe) IBM modelo z15 T02 para a Produção e Homologação.	BANCO IBM S.A.	16.197.337,20
2019/115	Prestação de serviços especializados de desenvolvimento, evolução, manutenção, documentação e suporte operacional de sistemas aplicativos, na seguinte linha de negócio: ITEM 2 - Canais e Serviços Bancários.	CAPGEMINI BRASIL S.A.	14.552.502,36
2019/122	Prestação de serviços de suporte técnico especializado em produtos de software e em tecnologias relacionados com desenvolvimento de sistemas.	STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA	12.875.667,58

Contrato	Objeto	Fornecedor	Valores (R\$)
2016/159	Contratação de serviços e componentes de comunicação unificada, incluindo plataforma de Contact Center, para o Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas-CAPGV e para as Unidades Distribuídas.	INOVAX ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA	12.869.109,78
2020/264	Contratação de empresa de tecno. da inform. p/ prest. de serv. na oper. do Service Desk em 1º e 2º níveis, com o objetivo de atender demandas de TI dos usuários internos e parceiros do BNB, de forma remota e presencial, e demais processos inerentes aos serv.	RESOURCE AMERICANA LTDA	10.464.953,02
2019/108	Prestação de serviços especializados de desenvolvimento, evolução, manutenção, documentação e suporte operacional de sistemas aplicativos, na seguinte linha de negócio: ITEM 1 - Administrativo.	CAPGEMINI BRASIL S.A.	9.926.175,06
2019/106	Prestação de serviços especializados de desenvolvimento, evolução, manutenção, documentação e suporte operacional de sistemas aplicativos.	CONSORCIO IS4	9.745.663,56
2020/464	Prestação de serviço de impressão, cópia e scanner na modalidade franquia mensal de páginas mais excedente, com a disponibilização de equipamentos novos e de primeiro uso, bem como de software de gerenciamento dos serviços de impressão e cópia.	CSF SERVIÇOS DIGITAIS LTDA.	9.382.942,56
2018/191	Prestação de serviços de comunicação multisserviço, utilizando soluções integradas de comunicação que permitam a transferência de dados, voz e imagem entre o CAPGV, seu Site Secundário e as Unidades Distribuídas do Banco e seus Parceiros. (Item 2).	LANLINK SERVICOS DE INFORMATICA SA	9.235.587,33
2021/361	Atualização de licenças do software VMware vSphere Enterprise Plus 6.0 p/ o software VMware vCloud Suíte Enterprise 2019 ou sup., aquisição de licenças do VMware vCenter Server, serviços de planejamento, implantação, migração, trein., suporte e assistência.	EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTACOE S LTDA	8.569.995,00
2019/174	Prestação de serviços especializados de desenvolvimento, evolução, manutenção, documentação e suporte operacional de sistemas aplicativos, na linha de negócio de Crédito e Varejo.	CONSÓRCIO ENGESOFTWARE	7.761.165,00
Total			233.856.554,67

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos realizados em 2022 tiveram como fonte de financiamento recursos próprios da instituição.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 2022 não ocorreram desinvestimentos relevantes e não há desinvestimentos relevantes previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 2022 não ocorreram aquisições da espécie.

c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

O Banco do Nordeste continuamente realiza investimentos no desenvolvimento e melhoria de seus produtos e serviços.

Tendo como principal finalidade proporcionar a satisfação dos seus clientes, o Banco do Nordeste investe de forma contínua no desenvolvimento e melhoria dos seu portfólio de produtos e serviços.

O colegiado que tem a atribuição de deliberar sobre o desenvolvimento, melhoria e descontinuidade de produtos e serviços ofertados aos clientes do Banco é o Comitê de Produtos. As áreas responsáveis pela criação e melhoria de produtos e serviços, encaminham suas propostas à análise desse Comitê, as quais são posteriormente submetidas à Diretoria Executiva. O processo de avaliação realizado pelo Comitê compreende a avaliação de mercado e a avaliação financeira sob diversos aspectos, como por exemplo: adequação às práticas de mercado, grau de atratividade e consequente adesão do cliente ao produto, viabilidade financeira, riscos de crédito, mercado e liquidez, impacto sobre os sistemas do Banco e riscos relativos à segurança da informação.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não há

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

A consistência da base contábil do Banco é feita por meio de processos centralizados e descentralizados de conciliação dos saldos dos sistemas com os saldos contábeis.

O Banco conta com um Sistema Integrado de Contabilidade que consolida todos os lançamentos e saldos das rubricas contábeis, permitindo a consistência da base contábil e a geração dos relatórios legais e gerenciais devidamente conciliados. Os eventos contábeis são registrados por meio do sistema denominado (SEDE): Sistema de Entrada de Dados por Eventos que realiza a integração entre os diversos sistemas comerciais e administrativos do Banco com o Sistema Integrado de Contabilidade.

Além disso, são adotados procedimentos que permitem monitorar os saldos contábeis patrimoniais e de resultado, dentre os quais destacam-se:

1) Cronograma de Elaboração de documentos a serem remetidos ao Banco Central e à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e divulgados, visando garantir que todas as etapas da elaboração de demonstrações financeiras sejam devidamente cumpridas, especialmente, quando o processo ocorre de forma semiautomática.

2) Processo de identificação dos fatos contábeis mais relevantes em cada conta que compõe a apuração do resultado de cada mês, de forma antecipada ao encerramento das demonstrações financeiras, permitindo a correção de eventuais inconsistências contábeis.

3) Orientações contábeis periódicas sobre temática contábil, abrangendo regularização de ocorrências contábeis, observância do Regime de competência mensal e conciliação contábil e gerencial.

Esses instrumentos estabelecem normas, procedimentos e rotinas para elaboração e encerramento dos relatórios contábeis e gerenciais, objetivando a correta elaboração e acompanhamento das informações contábeis, bem como o cumprimento dos prazos estabelecidos pela legislação societária e normas dos órgãos reguladores, Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários. A normatização interna permite melhor disseminação das atividades e documentação dos procedimentos aplicados aos processos de registros contábeis, apuração de resultados, geração de demonstrativos legais e gerenciais.

Os procedimentos internos para elaboração dos relatórios contábeis e gerenciais são normatizados abrangendo as Normas Contábeis do Sistema Financeiro Nacional (BRGAAP) e às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS/IAS).

Orientações procedimentais sobre escrituração de fatos contábeis, manutenção e atualização do Plano de Contas, bem como registros de movimentação financeira de recursos entre as unidades do Banco e apropriação de receitas e despesas, encontram-se disciplinados nos manuais contábeis de acesso a todo o corpo funcional, definindo os objetivos e as características funcionais dos sistemas contábeis. Dispõe ainda sobre a estrutura, preenchimento, processamento e prazos para a remessa das informações

periódicas aos diversos órgãos externos tais como BACEN, CVM e BNDES. Disciplina os procedimentos práticos que são observados para o correto registro contábil de atos e fatos relacionados às atividades do Banco, tais como classificação, reconhecimento, mensuração e baixa de produtos e serviços, assim como divulgação de relatórios financeiros em consonância com o Padrão Contábil Internacional-IFRS.

Os sistemas de suporte às atividades da contabilidade são: Sistema Integrado de Contabilidade; Sistema de Entrada de Dados por Eventos - SEDE; Sistema de Conciliação de Contas; e Sistema de Demonstrações Financeiras.

Dentre os objetivos do Sistema Integrado de Contabilidade destacam-se:

1. Realização da integração entre os diversos sistemas informatizados do Banco, formando uma base de dados única, com os movimentos contábeis por eles gerados, o que permite exercer o controle e gerenciamento dos recursos colocados à disposição do Banco, pelo registro dos eventos financeiros, patrimoniais e administrativos;
2. Geração da base de dados para o Sistema de Demonstrações Financeiras elaborando os demonstrativos contábeis e demais informações requeridas pelo Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários;
3. Disponibilização de saldos contábeis para o Sistema de Conciliação de Contas, base para o processo de conciliação de contas e regularização de ocorrências contábeis;
4. Gerenciamento de rubricas de caráter transitório, com acompanhamento e cobrança de pendências, contribuindo para a melhoria dos controles internos realizados;
5. Geração de dados e informações contábeis e financeiras, dentro de parâmetros confiáveis, para tomada de decisão pelos Administradores do Banco; e
6. Armazenamento e disponibilização, para consulta on-line ou via relatórios/arquivos, de partidas contábeis, fichas de escrituração, balancetes diários, balancete consolidado, relatórios de ocorrências e outros documentos da contabilidade do Banco.

Quanto ao Sistema de Entrada de Dados por Eventos, tem-se o cumprimento dos principais objetivos:

1. Centralizar as atualizações/alterações no Plano de Contas e nos esquemas contábeis utilizados na contabilização do Banco;
2. Promover a integração com os diversos sistemas do Banco para viabilizar o recebimento dos movimentos contábeis, em forma de eventos, de modo que, havendo alterações de ordem contábil, essas alterações não impliquem em manutenção nos sistemas integrados;
3. Fornecer aos administradores do BNB uma base de dados para a tomada de decisão, mediante geração de relatórios gerenciais.

Por sua vez, o Sistema de Conciliação de Contas permite a análise e adoção de providências para a consistência da base de dados da contabilidade, além da conciliação diária das diversas rubricas contábeis.

O Sistema de Demonstrações Financeiras permite, dentre outros, a geração de demonstrativos contábeis para publicações legais e envio aos órgãos de controle externo (BACEN, CVM, Receita Federal do Brasil etc.), emissão de relatórios gerenciais para análise de variação de rubricas contábeis, consultas de saldos e demais informações que dão suporte a tomada de decisões pelos órgãos de administração e de gestão.

Destaque-se que a Auditoria Interna do Banco do Nordeste, por força do Artigo 9º, item III, § 3º, inciso II, da Lei 13.303, de 30/06/2016, realiza avaliação sistemática dos procedimentos e das regras de contabilização, conciliações, integridade das informações, geração dos informes para encaminhamento aos órgãos reguladores, demonstrações financeiras e notas explicativas, com ênfase nos riscos inerentes e aos controles mitigadores adotados pelo Banco.

DIRETORIA: José Gomes da Costa (Presidente) – Anderson Aorivan da Cunha Possa (Diretor de Negócios) – Bruno Ricardo Pena de Sousa (Diretor de Planejamento) – Haroldo Maia Junior (Diretor de Administração) – Lourival Nery dos Santos (Diretor de Controle e Risco) – Luiz Abel Amorim de Andrade (Diretor Financeiro e de Crédito)